

EDITAL nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 176/2026

Concorrência Eletrônica nº 04/2026
TIPO: Menor Preço Global
LANCES: Aberto e Fechado

O Prefeito Municipal de Wanderley, Estado da Bahia, Camargo Antônio Pinto Crisóstomo, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, representado pela Secretária a **Sra. LEIMONE FERNANDES MOTTA**, com sede à Avenida da Juscelino Kubistchek, nº 80, Centro - CEP nº 47.940-000, Wanderley Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 11.331.128/0001-54, torna público que realizará Processo Licitatório na Modalidade Concorrência Eletrônica, para Contratação de empresa especializada em Serviço de Obra e Engenharia para REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº. 067 /2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FESBA E O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o descrito no termo de referência **ANEXO I**, utilizando o critério de **Menor Preço Global** para julgamento das propostas. Este Processo Licitatório reger-se-á pelas disposições dos termos da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, Decreto Municipal nº 108/2023, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DA UNIDADES / PSFs	Valor estimado da obra
01	UBS Ernesto José de Oliveira	595.084,48
02	UBS Gabriel Pereira de Oliveira	510.995,21
03	UBS Manoel da Silva Galvão	501.425,46
04	UBS Rita Rodrigues de Araújo	399.716,94
	TOTAL GLOBAL ESTIMADO	2.007.222,09

DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 do dia 26/05/2026 às 07:59 do dia 11/06/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 08:29 horas do dia 11/06/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 11/06/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: (Licitanet) – www.licitanet.com.br

DA DISTRIBUIÇÃO DO EDITAL E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

O Edital poderá ser obtido na Comissão de Licitação nos dias úteis, das 07h30 às 13h00, e nos sítios www.licitanet.com.br, <https://portaldatransparencia.wanderley.ba.gov.br> – Os pedidos de esclarecimentos, respostas a pedidos de impugnações, recursos e demais fases deste Concorrência Eletrônica serão publicadas no sítio <https://portaldatransparencia.wanderley.ba.gov.br>, ficando todos os interessados em participar deste Certame obrigados a acessá-lo para obtenção das informações desejadas.

As consultas e pedidos de esclarecimentos sobre o Edital e seus anexos deverão ser protocolados na Comissão de Licitações, sito à Avenida Claudino Barreto Rios, 80 – Centro – Wanderley/BA – Fone (77) 3626-1122 – E-mail: cpl.pmw.ba@gmail.com, as consultas, pedidos de esclarecimentos, pedidos de impugnações e recursos que não forem dirigidos à CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de Wanderley ou não forem inseridos na plataforma eletrônica não serão conhecidos, ficando a CPL desobrigada a respondê-los.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA

Unidade: 0206010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 1.019 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

FONTE: 1.632.0000 – 1.500.1002

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 04/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 176/2026

Concorrência Eletrônica nº 04/2026
TIPO: Menor Preço Global
LANCES: Aberto e Fechado

PREÂMBULO

O Prefeito Municipal de Wanderley, Estado da Bahia, através da Agente de Contratação designada pelo Decreto nº 118/2025, torna público que realizará Processo Licitatório na Modalidade Concorrência Eletrônica, para Contratação de empresa especializada em Serviço de Obra e Engenharia para REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº. 067 /2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FESBA E O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de Acordo com o descrito no Termo de Referência anexo I, utilizando o critério de **Menor Preço Global** para julgamento das propostas. Este Processo Licitatório reger-se-á pelas disposições dos termos da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, Decreto Municipal nº 108/2023, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em Serviço de Obra e Engenharia para REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº. 067 /2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FESBA E O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.1. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **A licitação será realizada em um ÚNICO LOTE, formados por itens, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que os compõem.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Concorrência Eletrônica interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal da Licitanet, por meio do sítio licitanet.com.br

2.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal da Licitanet, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência Eletrônica, em sua forma eletrônica.

2.2.1. O cadastro no Portal Licitanet deverá ser feito no sítio licitanet.com.br, por meio de certificado digital conferido.

2.2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta CONCORRÊNCIA.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo dos Licitantes que participarão do certame o qual pagará ao Portal da Licitanet, provedora do sistema eletrônico.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. *peçoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a garantia de proposta, e a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2. O envio da proposta, bem como os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, observando as diretrizes das planilhas de quantitativos e custos unitários, com a indicação dos valores unitários e total, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.
- 4.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por cada empresa interessada individualmente, para cada lote a que concorre, contendo os elementos a seguir relacionados:
- a) Planilha de "Preços Unitários", conforme modelo constante do Projeto Básico, preenchendo os campos destinados aos preços unitários propostos escritos em algarismos arábicos e calculados os preços parciais e totais. O licitante deverá propor um único preço unitário para cada tipo de tarefa ou serviço, de acordo com a planilha orçamentária.
- b) Os preços unitários dos materiais e serviços utilizados **não poderão ser superiores à mediana** daqueles constantes na planilha orçamentária do Projeto Básico e Executivo.
- c) Apresentar junto com a proposta de preços o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas e a memória de cálculo de encargos sociais e previdenciários utilizadas na composição, devendo ambos serem exequíveis;

- d) Composição de preço unitário de cada item;
 - e) Cronograma físico e financeiro assinado pelo Responsável Técnico da empresa;
 - f) Quadro "Resumo dos Preços" conforme modelo constante do Projeto Básico, preenchidos com os preços parciais e totais das Planilhas de Preços Unitários
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.12. **GARANTIA DE PROPOSTA**
- 4.12.1 Será exigida, no momento da apresentação da proposta (devendo constar junto a esta), a comprovação do recolhimento do valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. Valor estimado da Obra R\$ 2.007.222,09 (dois milhões, sete mil duzentos e vinte dois reais e nove centavos).
- 4.12.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:
- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - b) seguro-garantia;
 - c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 4.12.3 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.12.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. A AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência, e que não tenham apresentado a garantia de proposta nos termos do item 4.12 deste edital. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao máximo fixado no Edital (**REFERENTE AO VALOR POR LOTE**). O descumprimento desse requisito implicará na desclassificação do licitante;

5.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor DO LOTE

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento)*.

5.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado (ABERTO E FECHADO).

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada. Encerrado o prazo de que trata o Item, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata este Item, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

5.13.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 5.13.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho,

conforme regulamento;

- 5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.20.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.6.1. contiver vícios insanáveis;

- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
 - 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
 - 6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, **no prazo de 02 (duas) horas, sujeitando-se a Licitante às sanções previstas neste Edital e seus anexos**, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. Esse prazo poderá ser estendido em até 24 (vinte quatro) horas a pedido do licitante vencedor no CHAT do sistema.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples eletronicamente ou outro meio, de acordo com a legislação vigente. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do Agente de Contratação solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

7.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédulas de identidade dos responsáveis legais da empresa.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Procuração por instrumento público, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por Diretor (es), além de poderes especiais para renunciar a direitos em geral em nome do outorgante, e em especial quanto à interposição de recursos.

7.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN de nº 1.751/2014;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. (Lei nº 12.440/2011);

7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 30 (trinta) dias;
- b) A exigência acima não se aplica no caso de recuperação judicial autorizada e homologada nos termos da legislação em vigor, neste caso deverão ser apresentados os documentos necessários à comprovação desta condição.
- c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (NA FORMA DA LEI) e demais demonstrações contábeis dos

2 (dois) últimos exercícios sociais;

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

e) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

f) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

g) o Agente de Contratação e Equipe de Apoio, antes de se manifestar com relação à Qualificação Econômico- Financeira das empresas participantes do certame, poderá solicitar parecer técnico do Contador Municipal, para que possa subsidiá-la em seu julgamento.

h) O balanço patrimonial poderá ser apresentado também por SPED contábil, nos termos da Lei.

i) Relação dos compromissos assinados pelo licitante que importem diminuição de capacidade operativa ou absorção de Disponibilidade Financeira;

j) Resultado da DFL, calculada está em função do Patrimônio Líquido, atualizada e sua capacidade de rotação, através da seguinte fórmula: **$DFL = (10 \times PL) - VA$**

Onde:

DFL = disponibilidade financeira líquida

PL = patrimônio líquido

VA = somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública.

k) A DFL deverá ser igual ou superior ao orçamento oficial da obra, sob pena de inabilitação;

l) A falta de apresentação da relação dos compromissos assumidos ou a sua apresentação de forma incompleta será motivo de inabilitação;

7.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.6.7. Documentos conforme exigência contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

7.7. OUTROS DOCUMENTOS

7.8. Declaração negativa de vínculo com o Serviço Público;

7.9. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

7.10. Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação;

7.11. Declaração de cumprimento ao disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III art. 5º da Constituição Federal;

7.12. Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital.

7.13. Declaração De Compromisso De Utilização De Produtos e Subprodutos Minerais com Procedência Legal

7.14. Declaração de elaboração independente de proposta;

7.15. Declaração de Cumprimento Às Exigências de Reserva de Cargos

7.16. Alvará de funcionamento definitivo ou referente ao exercício de 2026.

7.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.18. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

7.18.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado VIA EMAIL (cpl.pmw.ba@gmail.com) de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

7.18.2. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

7.19. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, no endereço constante neste Edital.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar

as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, podendo, caso queira, encaminhar também pelo e-mail (CPL.PMW.BA@GMAIL.COM), desde que já inclusa na plataforma.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação contará com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.2.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.2.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.2.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 11.2.5. *Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
- 11.2.6. *A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:*
- a) *Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.*
 - b) *Acompanhar a execução do contrato principal.*
 - c) *Ter acesso a auditoria técnica e contábil.*
 - d) *Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.*
- 11.2.7. *Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:*
- a) *Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.*
 - b) *Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.*
- 11.3. *O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*
- 11.4. *Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*
- 11.5. *A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*
- 11.6. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.*
- 11.7. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 11.8. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*
- 11.8.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
 - 11.8.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
 - 11.8.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*
- 11.9. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.8, observada a legislação que rege a matéria.*
- 11.10. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 11.11. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

11.12. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

11.13. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

11.14. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.*

11.15. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

11.15.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*

11.15.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

11.16. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

11.17. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.*

11.18. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada*

11.19. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. *Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.*

12.2. *Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.*

12.3. *Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.*

12.4. *A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*

12.5. *As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*

12.6. *Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.*

12.7. *Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.*

12.8. *O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.*

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico, no endereço eletrônico licitanet.com.br. Também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço de e-mail (cpl.pmw.ba@gmail.com).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência, ETP e MAPA DE RISCOS

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de declaração negativa de vínculo com o Serviço Público;

12.11.4. ANEXO IV - Modelo de declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

12.11.5. ANEXO V - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação;

12.11.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de cumprimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III art. 5º da Constituição Federal;

12.11.7. ANEXO VII - Modelo de declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital.

12.11.8. ANEXO VIII - Modelo Declaração De Compromisso De Utilização De Produtos e Subprodutos Minerais com Procedência Legal

12.11.9. ANEXO IX- Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;

12.11.10. ANEXO X - Modelo de Declaração de Cumprimento Às Exigências de Reserva de Cargos

12.11.11. ANEXO XI- Modelo Proposta de Preços

12.11.12. ANEXO XII - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ORÇAMENTO BASE DA ADMINISTRAÇÃO

12.11.13. ANEXO XIII- PROJETO BÁSICO, MEMORAIS, DESENHOS TÉCNICOS E DEMAIS PEÇAS

Wanderley (BA), 25 de maio de 2026

Camargo Antônio Pinto Crisóstomo
Prefeito Municipal

00	Emissão	DEZ 2025	VICTOR S. MENDONÇA	
Rev.	Modificação	Data	Elaborado	Aprovado



Coord. Do Projeto	CREA	Autor Proj. / Resp. Técnico	CREA	
		Victor Santos Mendonça	020947784-9	
Coord. Do Contrato	CREA			

Cliente	
PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA	


Projeto
REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE ; E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA

Localização
AVENIDA CLAUDINO BARRETO RIOS, Nº 80, Centro CEP 47940-000 WANDERLEY/BA

Formato A4	Data DEZEMBRO/2025	Especialidade / Subespecialidade ENGENHARIA CIVIL	
		Especificação do documento TERMO DE REFERÊNCIA	
		Tipo de obra REFORMA E AMPLIAÇÃO	Classe geral do documento MEMORIAL DESCRITIVO
Autor Projeto VICTOR SANTOS MENDONÇA		Substitui a	Substituída por
CONTRATO Nº		Codificação 01/01	

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. DETALHAMENTO DO ESCOPO	3
3. CONDIÇÕES GERAIS	3
4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	5
5. PROPOSTA COMERCIAL	8
6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES	9
7. SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA.....	11
8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE	12
9. NOTIFICAÇÕES E PENALIDADES	13
10. ACEITAÇÃO DA OBRA.....	14
11. ANEXOS.....	14

	TERMO DE REFERÊNCIA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: DEZ/2025
		Página 3 de 15

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na execução de Obra visando à REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE ; E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA, conforme termo de convênio Nº. 067 /2026, firmado entre ESTADO DA BAHIA , por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE – FES-BA e o MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e todas as especificações contidas no Projeto Básico

1.2. Este documento define as diretrizes e especificações que devem ser seguidas para a apresentação das propostas, com o intuito de garantir a execução completa do projeto.

2. DETALHAMENTO DO ESCOPO

2.1. O detalhamento das informações referentes ao escopo e outras considerações relacionadas as atividades, constam nos PROJETOS e MEMORIAL DESCRITIVO que, assim como este Termo de Referência, é parte integrante do edital de licitação.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1.1. A CONTRATADA deve considerar a supervisão de um responsável técnico não residente, durante a execução dos serviços, que não poderá ser substituído sem o conhecimento e aprovação formal da prefeitura Municipal de WANDERLEY

3.1.2. O Preposto poderá ser um dos profissionais relacionados no quadro de responsável técnico da empresa ou engenheiro mobilizado especificamente para a obra. A indicação do preposto deverá ocorrer durante o prazo de mobilização.

3.1.3. A CONTRATADA deve considerar o uso racional dos recursos e equipamentos com o objetivo de reduzir o desperdício de materiais e insumos, bem como evitar a geração excessiva de resíduos durante a execução dos serviços.

3.1.4. Deverão ser apresentados altos padrões de acabamento nas várias etapas do processo e em suas respectivas entregas, atendendo a todos os requisitos de projeto, requisitos normativos e requisitos das legislações vigentes.

3.1.5. Os projetos, planilhas de referência e demais anexos que fazem parte deste Termo de Referência são documentos que se complementam e não devem ser interpretados isoladamente.


3.1.6. Caso algum material tenha saído de linha a opção pelo uso de material equivalente, deverá ser submetido à aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, objetivando o mesmo padrão de qualidade.

3.1.7. Os serviços deverão ser executados com total observância ao objeto licitado, não sendo permitido qualquer alteração sem a prévia autorização do PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

3.1.8. Para fins da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá alocar a equipe em quantidade suficiente para o cumprimento do cronograma físico.

3.1.9. Remover as embalagens e efetuar a limpeza dos locais sujos devido à execução dos serviços, sendo obrigação da CONTRATADA trazer o material necessário para tanto. Ainda, efetuar os reparos necessários aos danos causados, se houver, em decorrência da execução desses serviços.

3.1.10. Substituir em até 5 (cinco) dias corridos, às suas exclusivas expensas, qualquer produto recusado pela Fiscalização.

	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</p>	Versão: 01
		Data: DEZ/2025
		Página 4 de 15

3.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.2.1. O processo será realizado sob o critério do tipo MENOR PREÇO, para a realização de obras, sob o regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO. Para tanto, as propostas, planilhas e cronogramas não poderão conter omissões, rasuras e entrelinhas.

3.2.2. SERÃO CONSIDERADAS INEXEQUÍVEIS:

- a) As propostas cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do orçamento de referência e não demonstrarem a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado ou;
- b) As Propostas em que os encargos sociais e trabalhistas não foram computados nos preços, de acordo com a legislação em vigor.

3.3. PRAZOS

3.3.1. Devem ser entregues em até 10 (dez) dias corridos após assinatura do contrato:

- a) Apólice de seguro de risco de engenharia, conforme estabelecido no item 7;
- b) Garantia contratual, conforme estabelecido no contrato;
- c) Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Obras – CNO;
- d) Documento de Responsabilidade Técnica, devidamente assinada pelo responsável técnico junto ao respectivo Conselho de Classe, regional Bahia, conforme item 4.2;

3.3.2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, através da Assessoria de Engenharia, emitirá a Ordem de Serviço (O.S.) em até 2 (dois) dias corridos, a contar da aprovação da documentação supracitada.

- a) A CONTRATADA terá o prazo de 02 (dois) dias corridos para assinar a O.S., após ser regularmente convocada, sob pena de caracterizar inadimplemento total das obrigações contratuais.
- b) O prazo para assinatura da O.S. pela CONTRATADA, previsto no item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

3.3.3. O prazo de vigência do contrato será de 360 dias.

3.3.4 Os serviços deverão ser desenvolvidos em horários normais de trabalho (conforme legislação em vigor), podendo, entretanto, realizar trabalhos em horários extraordinários ou segundo turno de trabalho, desde que autorizados com antecedência pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

3.3.5. Período de Testes e Comissionamento de 90 (noventa) dias corridos após a conclusão dos serviços, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

3.3.6. A CONTRATADA deve enviar para o fiscal do contrato, em até 24h antes do acesso ao local dos trabalhos, a relação de todos os colaboradores e demais equipamentos para a devida autorização de circulação e execução de atividades nas dependências da unidade.

3.4. CONDIÇÕES PARA VISITA TÉCNICA

3.4.1. As visitas técnicas ao local de execução dos serviços são facultativas.

3.4.2. Os interessados em realizar visita técnica ao local da obra, poderão realizar o agendamento conforme indicado no edital de licitação.

3.4.3. Os interessados antes de elaborarem suas propostas comerciais, poderão visitar o local de execução das obras e serviços, onde, tomarão conhecimento das condições locais.

3.4.4. Os interessados que optarem pela não realização da visita assumirão a responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos futuros em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução dos serviços.

3.4.5. Fica esclarecido que a realização da visita por representantes dos interessados, não habilitados ou que não possuam conhecimento técnico dos serviços previstos neste documento, não será motivo para alegações de desconhecimento do escopo, suas características, condições de execução, materiais, equipamentos e mão de obra a serem utilizados etc. A PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, a qualquer tempo, não acatará qualquer reclamação e/ou reivindicação a este título.

3.4.6. Todos os custos relacionados a realização da visita técnica correrão às expensas da própria LICITANTE.

3.5. CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

3.5.1. É permitido a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

a) Somente serviços constantes da planilha orçamentária, e formalmente aprovados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, poderão ser subcontratados;

b) A listagem das empresas subcontratadas, com os respectivos serviços a serem por elas realizados, deverá ser apresentada à FISCALIZAÇÃO, devendo essas empresas comprovarem a qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados;

c) Após o serviço, para a qual houve a subcontratação, ser encerrado, deverá ocorrer a dispensa da empresa;

d) A subcontratação depende de autorização prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre com os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista;

3.5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades subcontratadas, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.5.3. É proibida a subcontratação de empresas que tenham integrado o processo licitatório.

3.6. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.6.1. O acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços, será exercida por meio de um profissional designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, denominado FISCAL. Compete ao FISCAL, acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, apontando problemas ou defeitos observados.

3.6.2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY terá o direito reservado de rejeitar os materiais e/ou serviços no todo ou em parte prestados em desacordo com o termo de referência, memorial descritivo, projetos e/ou demais anexos do edital de licitação, devendo a CONTRATADA refazer ou substituir as partes que apresentarem defeitos, sem ônus adicionais a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

a) Serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO não serão pagos e deverão ser refeitos até que sejam considerados satisfatórios ou que atendam as especificações descritas no projeto executivo, memoriais e especificações;

3.6.3. A FISCALIZAÇÃO deve ser exercida no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY e não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 GENERALIDADES

4.1.1 Para habilitação técnica, exigir-se-á comprovação de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região que estiverem vinculados.

4.1.2 No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

4.1.3 A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico-profissional e técnico- operacional por meio da apresentação de:

4.1.4 Quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado:

4.1.4.1 Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe:

4.1.4.1.1 01 (um) profissional formado em engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

4.1.4.1.2 01 (um) encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços.

4.2 CAPACITAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL:

4.2.1 A capacitação técnica do(s) profissional(is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto do Edital, em nome do(s) responsável(is) técnico(s). O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a execução dos serviços listados a seguir:

Descrição	Und
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE, 10 X 10 CM, ELIANE, LINHA GALERIA BRANCO MESH, PEI - 3, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE OU EMBOÇO - REV 01	M²
REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL COMUM, ITABAIANA OU SIMILAR, COM REPOSIÇÃO DE 50% DO MATERIAL	M²
CONCRETO ARMADO FCK=21,0MPa, USINADO, BOMBEADO, ADENSADO E LANÇADO, PARA USO GERAL, COM FORMAS PLANAS EM COMPENSADO RESINADO 12MM (05 USOS)	M²
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M²

4.2.2 Na apresentação da proposta/habilitação, para cada Certidão de Acervo Técnico – CAT apresentada deverá ser indicado o serviço correspondente.

4.2.3 A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra:

4.2.3.1 Engenheiro Civil/Arquiteto, para comprovação da execução dos Serviços.

4.2.4 Deverá(ão) apresentar também a(s) Declaração(ões) do(s) Responsável (eis) técnico(s) a ser(em) preenchida(s) pelas licitantes.

4.2.5 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto do Edital de Concorrência Pública, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitação formal e aprovada pela fiscalização municipal.

4.3. CAPACITAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

4.3.1 Capacitação técnico-operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) em papel timbrado fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado em nome da licitante, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável técnico do serviço que detém a certidão, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância ou valor significativo da obra, conforme tabela a seguir:


Descrição	Und	Quant. Projeto	Quant. Atestado
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE, 10 X 10 CM, ELIANE, LINHA GALERIA BRANCO MESH, PEI - 3, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE OU EMBOÇO - REV 01	M ²	2.110,50	1.055,25
REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL COMUM, ITABAIANA OU SIMILAR, COM REPOSIÇÃO DE 50% DO MATERIAL	M ²	903,00	451,50
CONCRETO ARMADO FCK=21,0MPA, USINADO, BOMBEADO, ADENSADO E LANÇADO, PARA USO GERAL, COM FORMAS PLANAS EM COMPENSADO RESINADO 12MM (05 USOS)	M ²	24,91	12,45
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M ²	804,00	402,00

4.3.2 Na apresentação da proposta/habilitação, para cada Certidão de Acervo Técnico – CAT apresentada deverá ser indicado o serviço correspondente.

4.2. CAPACITAÇÃO OPERACIONAL

4.2.1 Declaração, conforme modelo anexo ao Edital de Concorrência Pública, de que o licitante, por intermédio de representante legalmente designado e devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que recebeu todos os documentos, bem como de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, ou declaração de que não realizará a visita técnica (modelo anexo ao Edital de Concorrência Pública).

4.2.2 A licitante deverá apresentar as seguintes declarações: de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores; de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação; de que recebeu todas as informações, documentos e condições necessárias ao atendimento do objeto desta licitação; de que aceita todas as condições impostas pelo edital e anexo.

	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</p>	Versão: 01
		Data: DEZ/2025
		Página 8 de 15

4.2.3 As declarações e anexos deverão conter o nome por extenso e assinatura do responsável legal e, quando for o caso, deverá conter assinatura conjunta do responsável técnico da licitante. A Comissão rejeitará os documentos que não forem assinados por responsáveis legalmente designados.

5. PROPOSTA COMERCIAL

5.1. É de responsabilidade da LICITANTE certificar-se através de levantamento de campo, das condições locais, natureza dos serviços abrangidos por este termo de referência, não servindo como motivo de reclamação futura o desconhecimento das condições gerais e do local onde serão realizados os serviços.

5.2. A LICITANTE é responsável pelos valores inseridos na planilha orçamentária de sua proposta comercial, devendo levantar cuidadosamente todos os serviços, considerando os quantitativos reais necessários, preços unitários de seu orçamento o custo de todo e qualquer serviço, tendo em vista a plena realização do objeto de licitação. A PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY não aceitará posterior reclamação por quaisquer serviços ou quantitativos não previstos para a completa execução da obra, por alegação do desconhecimento, nem arcará com quaisquer ônus decorrentes.

5.3. O orçamento deverá considerar que os serviços serão entregues completos, em condições e acabamento perfeitos. Ficará a cargo da CONTRATADA todo e qualquer material, serviço e mão de obra necessária ao pleno acabamento e funcionamento do objeto do Edital, não cabendo a CONTRATADA pleitear acréscimo de pagamento por falhas e/ou omissões em sua proposta comercial.

5.4. Além dos documentos previstos no Edital, as LICITANTES deverão apresentar em sua proposta comercial os seguintes:

5.4.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo sugerido para Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Composições dos Custos Unitários e Composição do BDI.

5.4.1.1 Os documentos devem seguir as alíquotas da legislação vigente na data da proposta.

5.4.1.2 O orçamento deverá utilizar a mão de obra com desoneração.

5.4.2. Na proposta de preços deverão ser indicados os valores em reais, e prazo de execução em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

5.4.3. Na proposta deverá ser indicado o prazo de garantia dos serviços, que não poderá ser inferior ao prazo estabelecido no edital, não eximindo a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações previstas no Código Civil Brasileiro.

5.5. PREÇOS OFERTADOS

5.5.1. A planilha de preços de referência, é meramente orientativa, cabendo à LICITANTE total responsabilidade pelos itens de serviços listados, ou itens que fazem parte do escopo e que não foram incluídos na planilha. Neste caso, a LICITANTE deverá se posicionar formalmente ainda durante o período de esclarecimentos e eventuais dúvidas de interpretação, conforme edital de licitação.

5.5.2. O valor estimado para a contratação é de R\$ 2.007.222,09 (dois milhões, sete mil, duzentos e vinte e dois reais e nove centavos).

5.5.3. A planilha orçamentária, deverá, obrigatoriamente, estar em formato.pdf assinada em meio Digital e no formato MS-Excel (extensão.xls) editável para conferência e análise interna.

5.5.4. É obrigatório a apresentação das Composições dos Custos Unitários pela LICITANTE, de todos os itens e subitens da planilha orçamentária (todos os insumos, mão-de-obra, encargos sociais e impostos) com suas marcas e modelos, inclusive valor unitário e valor total de cada item.

5.5.5. É obrigatório a apresentação da curva ABC de insumos.

5.5.6. A LICITANTE poderá alterar a composição de custo dos itens da planilha de referência para refletir seus

custos reais do objeto orçado.

5.5.7. As especificações dos materiais indicados nos projetos e memoriais descritivos anexos devem ser respeitadas a fim de assegurar a uniformidade dos ambientes físicos, permitindo-se a apresentação de outras especificações, desde que sejam equivalentes ou de qualidade superior, para análise e aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY. No entanto, para aprovação, é imprescindível que atendam às mesmas especificações técnicas.

5.5.8. O preço previsto na proposta será fixo e irrevogável pelo período de sua vigência. Somente poderá ocorrer o reajustamento após decorrido o prazo de 12 meses contados a partir da data da assinatura do Contrato.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY

6.1.1. Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados, de modo a viabilizar o fornecimento do objeto adjudicado da forma mais perfeita e eficiente possível;

6.1.2. Fornecer todos os projetos, memoriais descritivos, termo de referência, orçamento de referência e demais documentos que compõem os serviços;

6.1.3. Exigir da CONTRATADA o cumprimento de todas as obrigações assumidas, em conformidade o termo de referência, contrato e demais documentos que compõem o processo licitatório;

6.1.4. Permitir acesso da CONTRATADA às dependências do local de execução dos serviços;

6.1.5. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, apontando problemas observados, designando representante que possa aferir a execução dos serviços do escopo;

6.1.6. Rejeitar qualquer (quaisquer) serviço(s) que seja(m) entregue(s) em desacordo com as especificações técnicas constantes do Edital, projetos, memorial descritivo deste Termo de Referência e seus Anexos;

6.1.7. Notificar a CONTRATADA quanto a eventuais imperfeições durante a execução da obra, estabelecendo prazos para a correção;

6.1.8. Efetuar os pagamentos das medições previamente aprovadas à CONTRATADA, dentro do prazo estipulado e das condições estabelecidas no cronograma Físico-Financeiro e no Edital;

6.1.9. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade que venha a ocorrer durante a execução dos serviços contratados, bem como qualquer defeito que venha a apresentar os equipamentos referidos isolando o local até a chegada da CONTRATADA;

6.1.10. Aplicar as penalidades regulamentares cabíveis, dando à empresa CONTRATADA a oportunidade do exercício da ampla defesa e do contraditório;

6.1.11. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado, a CONTRATADA que cumprir plenamente as obrigações firmadas;


a) Caso ocorra alguma falha na execução do objeto contratado ou em alguma obrigação conexa, a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY poderá emitir o atestado de capacidade técnica com ressalvas, inclusive especificando-as.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. Cumprir Legislação, Normas Técnicas (NBRs), Normas Legais e Regulamentares;

6.2.2. Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho;

6.2.3. Apresentar os documentos listados no item 3.3.1 deste Termo de Referência e todas as Licenças, Outorgas

	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</p>	Versão: 01
		Data: DEZ/2025
		Página 10 de 15

e Autorizações emitidas pelo Município de WANDERLEY/BA e demais órgãos fiscalizadores.

6.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação existentes por ocasião da licitação e da contratação dela resultante;

6.2.5. Fornecer, por sua conta e inteira responsabilidade, todos os recursos (materiais, mão de obra, equipamentos e tudo mais que se fizer necessário) para a completa execução das obras e serviços objeto deste documento;

6.2.6. Arcar com todas as despesas destinadas à cobertura dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, ficando estabelecido que os empregados da CONTRATADA não tenham nenhum vínculo trabalhista com a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, e que a inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste termo de referência ou restringir a regularização das obras e serviços, inclusive perante o registro de imóveis;

6.2.7. Arcar, integralmente, com despesas referentes a infrações ou multas decorrentes da inobservância de qualquer legislação ou regulamento vigente;

6.2.8. Arcar com todas as despesas de alimentação, transporte, e serviços médicos de seus operários e prepostos;

6.2.9. Fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) necessários à execução das obras e serviços;

6.2.10. Fornecer sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO, todas as informações ou documentos que digam respeito ao andamento ou execução dos serviços;

6.2.11. Tomar as providências adiante indicadas, sem que recaiam quaisquer ônus sobre a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, sempre que se verificarem quaisquer atrasos, falhas, deficiências ou quaisquer outras ocorrências semelhantes na execução da obra, por motivos imputáveis a CONTRATADA,

seus subcontratados ou prepostos, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO:

a) Contratar terceiros, prévia e expressamente aprovados para executar os serviços que tenham sido afetados pelos atrasos, falhas ou deficiências acima mencionadas, ou adquirir equipamentos e materiais necessários à perfeita execução do objeto deste documento;

b) Substituir subcontratados que não estiverem atuando a contento.

6.2.12. Responder pela qualidade do objeto deste Termo de Referência, responsabilizando-se por quaisquer defeitos, falhas, omissões, diferenças ou outras irregularidades oriundas do descumprimento das condições nele contidas;


6.2.13. Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução da obra objeto deste termo de referência e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer, com seu pessoal ou com terceiros, inclusive pelos danos materiais oriundos da ocorrência;

6.2.14. Contratar às suas expensas, os seguros de sua responsabilidade, decorrentes das exigências legais, os quais serão considerados como incluídos nos preços constantes da sua proposta comercial;

6.2.15. Providenciar para que seus funcionários trabalhem convenientemente trajados (calça, camisa, capa impermeável para dias chuvosos, capacete e bota), empregando todos os equipamentos de segurança pessoal, de material e sinalização adequados. Devem portar cartão de identificação com foto 3X4 (crachá) em local visível;

6.2.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY ou a terceiro(s), decorrente de sua culpa ou dolo;

6.2.17. Ressarcir a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY todas as despesas decorrentes de eventual condenação, sofrida pela Entidade em ação judicial, de qualquer natureza, ou acordo extrajudicial, decorrente de inobservância de dispositivo legal pelo fornecedor, independentemente de ação de regresso ou similar;

	TERMO DE REFERÊNCIA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: DEZ/2025
		Página 11 de 15

6.2.18. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços ou materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução inadequada e/ou da má utilização dos materiais empregados;

6.2.19. Responder por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados em decorrência da execução dos serviços;

6.2.20. Utilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais de qualidade e suficientes à execução do objeto;

6.2.21. Reparar, ou quando isto não for possível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução dos serviços de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY ou de terceiros;

6.2.22. Manter a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

6.2.23. Fornecer todos os documentos pertinentes à execução dos serviços solicitados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY ou seus fiscais;

6.2.24. Substituir em 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado que esteja envolvido com a prestação dos serviços cujo comportamento e/ou permanência sejam considerados inconvenientes ao seu bom andamento ou as boas relações empresariais. O empregado substituído não poderá assumir qualquer outra função inerente à prestação dos serviços objeto da presente contratação;

6.2.25. Empregar toda cautela no manuseio dos materiais ou equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços contratados, ficando a CONTRATADA obrigada a repor, às suas custas e, sem prejuízo dos prazos de execução dos trabalhos, todos os materiais e/ou equipamentos por ventura danificados ou outros, naquilo que couber a execução da atividade;

6.2.26. Não executar, em hipótese alguma, serviços ou fornecer quantitativos que não façam parte do escopo contratual ou sem a devida anuência e validação da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY. A execução e fornecimento sem anuência prévia, será considerado à sua expensa, desobrigando a aceitação e o ressarcimento pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY;

6.2.27. Não executar nenhum serviço ou fornecimento divergente da especificação técnica sem anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY. Execução ou fornecimento diferente ao especificado, não validado anteriormente, não será aceito, devendo a CONTRATADA o retrabalho ou fornecimento adequado;

6.2.28. Elaborar e entregar o *as built* dos projetos, documentando as alterações realizadas durante a execução da obra, previamente aprovadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

6.2.29. Emitir os Relatórios Diários de Obra (RDO) diariamente ao final de cada dia de serviços, em plataforma online;

6.2.30. Executar os serviços sob o comando de profissional legalmente habilitado, que será o responsável técnico pela obra;

6.2.31. Alterar o Responsável Técnico, se houver necessidade, em que tempo for, apresentando novo profissional com habilitações equivalentes às apresentadas na licitação, para análise e aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY;

6.2.32. Cancelar e substituir a nota fiscal quando necessário para que a mesma apresente as informações compatíveis com o objeto realizado;

6.2.33. Informar a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY se houver alteração de endereço comercial, telefone, e-mail e/ou site.

7. SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA

7.1. Além das obrigações constantes no item 6.2 e no instrumento convocatório, obriga-se ainda a CONTRATADA a apresentar Apólice no Ramo de “Riscos de Engenharia”, modalidade “Obras Cíveis em Construção, Instalações e Montagem”, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, atendendo as condições previstas no Contrato, durante toda a sua vigência, inclusive eventuais prorrogações, com as seguintes coberturas:

DESCRIÇÃO DA COBERTURA SOLICITADA	% DO VALOR DO CONTRATO
Cobertura básica de obras cíveis em construção e instalação e montagem	100%
Danos físicos em consequência erro de projetos – Obras Cíveis e riscos do Fabricante – máquinas e equipamentos novos	100%
Despesas extraordinárias	5%
Despesas de Desentulho	5%
Responsabilidade Civil /Cruzadas – Obras Cíveis em Construção e/ou Instalação e Montagem com Fundações	10%
Tumultos e Greves	5%
Manutenção Ampla com prazo de cobertura de 12 meses a contar do termo de recebimento provisório de obra	100%
Obras cíveis, instalações e montagens concluídas	10%

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1.1. Os serviços serão medidos em período quinzenal considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO. Não deverão ser inseridos em medições, nenhum item de serviço não executado, sob pena de ter sua medição devolvida para correção.

8.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO


8.2.1. Obedecidas as etapas de validação da documentação prevista e a validação do Boletim de Medição, a CONTRATADA será autorizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, a emitir a Nota Fiscal correspondente à medição, que deverá ser encaminhada conforme procedimento interno da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY;

8.2.2. O pagamento da Nota Fiscal referente aos valores devidos por conta da execução dos serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis;

8.3. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

8.3.1. Os preços contratados são fixos e irrealizáveis durante o prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

8.3.2. Os preços do saldo remanescente do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze)

	TERMO DE REFERÊNCIA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: DEZ/2025
		Página 13 de 15

meses, contados da data de apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados pelo INCC – COLUNA 35 - Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

8.3.3. Para obtenção dos valores atualizados, será aplicada a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = [(I_i - I_o) / I_o] \times V$$

Onde:

R = valor do reajustamento

I_i = Índice de preços do mês de aniversário da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV)

I_o = Índice de preços do mês de apresentação da proposta (INCC – COLUNA 35 -FGV) V = Valor da Fatura aprovada.

8.3.4. Os valores correspondentes a eventos e/ou etapas contratuais executadas, ou executadas adiantadamente em relação ao Cronograma Físico-Financeiro, não serão objetos de reajuste e serão pagos pelos valores vigentes à data que haveriam de ser ou foram executados.

8.3.5. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, ou seja, o atraso no cumprimento do Cronograma decorrer de culpa da CONTRATADA, não serão objetos de reajuste e serão pagos pelos valores vigentes à data que haveriam de ser ou foram executados.

8.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9. NOTIFICAÇÕES E PENALIDADES

9.1. A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada, a subcontratação total, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas, implicará, conforme o caso, na aplicação das seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência por escrito: nos casos de serviços executados de maneira não conforme, não atendimento às solicitações da fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, nos atrasos injustificados e nos casos de infrações de menor gravidade.

9.1.2. MULTA DE:

9.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto contratual, limitada ao máximo de 30 (trinta) dias corridos.

a) Após esse limite, estabelecido para a multa supra citada, poderá ser configurada inexecução parcial do Contrato.

b) Caso o cronograma físico atualizado, apresentado nas medições de serviço, evidencie atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, tal circunstância poderá ser caracterizada como inexecução parcial do Contrato.

9.1.2.2. 5,0% (cinco inteiros por cento) calculado sobre o mi total do Contrato, quando referente a todos os serviços do Contrato, ou calculada sobre a etapa inadimplida, em caso de descumprimento parcial ou execução deficiente, irregular ou inadequada, que atinja o objeto principal, desde que tenha havido proveito incontroverso para a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

a) Quando a execução irregular, defeituosa ou inadequada implicar em perda do interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY no Contrato, ou prejudique a utilidade do objeto, aplica-se a multa por

inadimplemento total.

9.1.2.3. 10% (dez inteiros por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento total das obrigações assumidas, especialmente no que tange à obrigação principal, quando inexistente pagamento em benefício da CONTRATADA.

10. ACEITAÇÃO DA OBRA

10.1. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

10.1.1. Concluída a execução da obra, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, por meio de carta, solicitando a realização de vistoria técnica geral e a emissão do Termo de Recebimento Provisório. a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da comunicação, realizará a vistoria técnica das obras. Constatando-se que a obra foi concluída, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, formalizando a entrega da obra.

10.1.2. Caso seja constatada, durante a vistoria técnica, a não conclusão dos serviços, ou caso os serviços não sejam aprovados, a contratada será formalmente notificada e ficará sujeita às penalidades previstas no contrato. Nessas condições, o Termo de Recebimento Provisório não será emitido até que as obrigações pendentes sejam integralmente atendidas.

10.1.3. Com a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY assumirá formalmente a posse do empreendimento e se iniciará o período de Testes e Comissionamento.

10.1.4. O período de Testes e Comissionamento tem como principal objetivo garantir que o serviço entregue esteja funcionando de maneira eficiente, segura e de acordo com o planejado. Ele envolve a supervisão e análise do desempenho do projeto após a conclusão e entrega, bem como a identificação e correção de possíveis falhas ou ajustes necessários. Os objetivos específicos incluem:

- a) Identificar e Corrigir Problemas: Detectar falhas, defeitos ou vícios ocultos na execução, como infiltrações, rachaduras ou problemas nos sistemas elétricos, hidráulicos ou de climatização e providenciar as correções necessárias.
- b) Treinamento e Orientação: Orientar os usuários (sejam colaboradores ou gestores) sobre o funcionamento dos sistemas, equipamentos e estrutura do empreendimento.
- c) Monitoramento do Desempenho: Avaliar a performance de sistemas instalados (ex.: energia, água, elevadores, automação) para identificar se estão operando conforme esperado.
- d) Garantia de Satisfação do Cliente: Proporcionando maior confiança a PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, assegurando que eventuais problemas sejam resolvidos de forma rápida e eficiente.

10.2. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

10.2.1. Após o período de Testes e Comissionamento e realizadas a correção de possíveis falhas ou ajustes necessários, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

10.2.2. O recebimento definitivo das obras pela PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY não exime a CONTRATADA das responsabilidades previstas no art. 618 do Código Civil Brasileiro. A CONTRATADA permanecerá responsável pela solidez e segurança dos serviços executados pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo da obra.

11. ANEXOS

- Orçamento sintético de referência
- Orçamento resumido

- Planilha de orçamento sintético a ser preenchida pela CONTRATADA
- Planilha de composição do BDI
- Composições de preços unitários
- Orçamento Analítico
- Curva ABC de insumos
- Curva ABC de serviço
- Composição de BDI
- Composição de encargos sociais
- Cronograma físico financeiro
- Projetos
- Memorial Descritivo


Victor Santos Mendonça
Engenheiro Civil
VICTOR SANTOS MENDONÇA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 34460BA

00	Emissão	ABRIL 2026	VICTOR S. MENDONÇA	
Rev.	Modificação	Data	Elaborado	Aprovado



Coord. Do Projeto	CREA	Autor Proj. / Resp. Técnico	CREA	
		Victor Santos Mendonça	020947784-9	
Coord. Do Contrato	CREA			

Cliente	
PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA	

Projeto
REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE ; E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA

Localização
AVENIDA CLAUDINO BARRETO RIOS, Nº 80, Centro CEP 47940-000 WANDERLEY/BA

Formato A4	Data ABRIL 2026	Especialidade / Subespecialidade ENGENHARIA CIVIL	
		Especificação do documento ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
		Tipo de obra REFORMA	Classe geral do documento MEMORIAL DESCRITIVO
Autor Projeto VICTOR SANTOS MENDONÇA		Substitui a	Substituída por
CONTRATO Nº		Codificação 01/01	

	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 2 de 5

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade fundamentar a contratação de serviços de engenharia destinados à reforma integral de 04 (quatro) Unidades de Saúde da Família (USF) no município de Wanderley/BA. Este documento foi elaborado em estrita observância ao disposto no Art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da solução proposta.

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Responsável Técnico: Victor Santos Mendonça – Engenheiro Civil

Autoridade Competente: Leimone Fernandes Motta – Secretária de Saúde

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação advém da precariedade estrutural identificada nas unidades de saúde objeto deste estudo. Atualmente, as edificações apresentam patologias construtivas, infiltrações, instalações elétricas e hidrossanitárias obsoletas, além de inadequação às normas de acessibilidade e vigilância sanitária (RDC nº 50/2002 da ANVISA). A reforma é imperativa para garantir a continuidade dos serviços essenciais de atenção básica e a segurança de pacientes e servidores.

As unidades contempladas são: PSF Rita Rodrigues de Araújo (Sede), USF Gabriel Pereira de Oliveira (Olhos D'Água), USF Ernesto José de Oliveira (Sede) e USF Manoel da Silva Galvão (Goiabeira). A intervenção visa não apenas a manutenção corretiva, mas a modernização dos espaços para otimizar o fluxo de atendimento e humanizar a assistência à saúde no município.

3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

A contratação está devidamente alinhada ao Plano Municipal de Saúde e ao Plano Plurianual (PPA) vigente, integrando as metas de fortalecimento da infraestrutura da rede de atenção básica. O objeto encontra-se amparado por Termo de Convênio específico, cujas diretrizes e Plano de Trabalho estabelecem a obrigatoriedade da execução das reformas para a manutenção dos repasses e cumprimento das metas pactuadas com as esferas estadual e federal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a execução satisfatória do objeto, a futura contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- **Capacidade Técnica:** Comprovação de aptidão para execução de obras/serviços de engenharia de complexidade similar, mediante certidões de acervo técnico (CAT).
- **Normatização:** Obediência rigorosa às normas da ABNT (NBR 9050 para acessibilidade, NBR 5410 para instalações elétricas) e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-18 e NR-35).
- **Qualidade dos Materiais:** Utilização de insumos que atendam aos padrões de resistência e durabilidade exigidos para ambientes de saúde.

	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 3 de 5

- **Vistoria Prévia:** Obrigatoriedade de realização de vistoria técnica nos locais das obras para pleno conhecimento das condições existentes, evitando alegações futuras de desconhecimento de dificuldades locais.

5. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES

As quantidades foram estimadas com base nos levantamentos métricos e projetos básicos elaborados pelo Setor de Engenharia, detalhados no Orçamento Unificado e Cronograma Físico-Financeiro. A estimativa abrange os seguintes quantitativos macro:

Unidade de Saúde	Localização	Área Estimada de Intervenção
PSF Rita Rodrigues de Araújo	Sede	310,09m ²
USF Gabriel Pereira de Oliveira	Olhos D'Água	134,71m ²
USF Ernesto José de Oliveira	Sede	209,18m ²
USF Manoel da Silva Galvão	Goiabeira	252,36m ²

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Foram analisadas duas alternativas principais para o atendimento da necessidade:

Alternativa 1: Execução Direta pela Administração. Descartada devido à ausência de quadro de pessoal especializado em número suficiente e falta de maquinário específico para intervenções estruturais complexas em quatro frentes simultâneas.

Alternativa 2: Contratação de Empresa Especializada (Execução Indireta). Identificada como a solução mais viável. O mercado local e regional possui ampla oferta de empresas de engenharia civil capazes de executar o objeto sob o regime de empreitada por preço unitário, garantindo maior celeridade e responsabilidade técnica integral (ART).

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação foi obtido através da composição de custos unitários, utilizando como referência as tabelas SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe), com a aplicação do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) compatível com serviços de engenharia.

O valor total estimado para a reforma das 04 (quatro) unidades é de R\$ 2.007.222,09 (dois milhões, sete mil, duzentos e vinte e dois reais e nove centavos).:

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa para execução de serviços de reforma geral, compreendendo: demolições controladas, substituição de coberturas, revisão de sistemas elétricos e

	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 4 de 5

hidráulicos, revestimentos cerâmicos, pintura hospitalar, adequação de sanitários para PCD e instalação de sinalização tátil. A execução será dividida em etapas conforme o cronograma físico-financeiro, com prazo total de 12 meses.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Optou-se pelo não parcelamento do objeto em lotes distintos por unidade. A decisão fundamenta-se na economia de escala e na necessidade de padronização técnica e estética das unidades de saúde. Além disso, a gestão de um contrato único reduz o custo operacional administrativo da prefeitura e garante que uma única empresa seja responsável pela logística de materiais e pessoal na região, evitando conflitos de interface entre diferentes contratadas.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a conclusão das reformas, espera-se alcançar:

- Redução de 100% das patologias estruturais e infiltrações nas unidades.
- Plena conformidade com as normas de acessibilidade (NBR 9050).
- Melhoria na eficiência energética através da revisão das instalações elétricas.
- Aumento da satisfação dos usuários e melhores condições de trabalho para as equipes de saúde.
- Preservação do patrimônio público municipal.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- Antes da emissão da Ordem de Serviço, a Administração deverá assegurar:
- Realização de vistoria técnica obrigatória pelas licitantes.
- Definição do plano de remanejamento dos atendimentos de saúde durante o período de obras em cada unidade.
- Nomeação formal da comissão de fiscalização e do gestor do contrato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas indispensáveis para a execução deste objeto. Os materiais e mão de obra necessários estão integralmente contemplados na planilha orçamentária da reforma.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratada deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), garantindo a destinação final adequada de entulhos em bota-fora licenciados, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002. Medidas de controle de poeira e ruído deverão ser adotadas para minimizar o impacto nas vizinhanças das unidades.

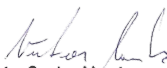
14. ANÁLISE DE RISCOS

Risco Identificado	Impacto	Medida Mitigadora
Atraso no cronograma por chuvas	Médio	Previsão de folga no cronograma e priorização de áreas internas.
Vícios ocultos na estrutura	Alto	Previsão de reserva de contingência e aditivos contratuais se necessário.
Abandono da obra pela contratada	Crítico	Exigência de garantia contratual e fiscalização rigorosa.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando os elementos técnicos expostos, a contratação mostra-se viável e necessária. O valor estimado é compatível com os preços de mercado e a solução técnica adotada é a mais eficiente para garantir a recuperação da infraestrutura de saúde do município de Wanderley/BA

Wanderley/BA, 02 de abril de 2026


Victor Santos Mendonça
 Engenheiro Civil
 CREA 3275 TPAL
VICTOR SANTOS MENDONÇA
 ENGENHEIRO CIVIL
 CREA: 34460BA

LEIMONE FERNANDES MOTTA
 Secretária de Saúde

00	Emissão	ABR 2026	VICTOR S. MENDONÇA	
Rev.	Modificação	Data	Elaborado	Aprovado




Coord. Do Projeto	CREA	Autor Proj. / Resp. Técnico	CREA	
		Victor Santos Mendonça	020947784-9	
Coord. Do Contrato	CREA			

Cliente	
PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA	

Projeto
REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE ; E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA

Localização
AVENIDA CLAUDINO BARRETO RIOS, Nº 80, Centro CEP 47940-000 WANDERLEY/BA

Formato A4	Data ABRIL/2026	Especialidade / Subespecialidade ENGENHARIA CIVIL	
		Especificação do documento MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	
		Tipo de obra REFORMA	Classe geral do documento CONTRATAÇÃO
Autor Projeto VICTOR SANTOS MENDONÇA		Substitui a	Substituída por
CONTRATO N°		Codificação 01/01	

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 2 de 20

1. INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a contratação.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Referência: Art. 18 da Lei 14.133/2021.

2. OBJETIVO E FASE DE ANÁLISE

2.1. Os principais objetivos desta análise de riscossão:

2.1.1. Identificar os riscos envolvidos no processo licitatório do programa e, posteriormente, na gestão dos contratos;


2.1.2. Classificar os riscos conforme a sua probabilidade e impacto;

2.1.3. Elencar os principais danos causados devido à ocorrência dos riscos;

2.1.4. Identificar as ações preventivas e de contingência para o tratamento dos riscos;

2.1.5. Definir os devidos responsáveis entre os envolvidos do programa em questão.

2.2. Os riscos identificados na contratação devem ser registrados, avaliados e tratados durante a fase de planejamento, em especial após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela equipe de Planejamento da Contratação, devendo, nesse momento, proceder às ações de gerenciamento de riscos.

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 3 de 20

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

3.1. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados neste documento.

ID	RISCO	RELACIONADO AO (À)
R01	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações e falhas encontradas.	Seleção do Fornecedor
R02	Licitação desertada ou fracassada.	Seleção do Fornecedor
R03	Falta de dotação orçamentária para execução do contrato.	Gestão Contratual
R04	Adoção de solução inapropriada para o problema	Planejamento da contratação
R05	Elaboração de projeto básico deficiente.	Planejamento da contratação
R06	Alterações de projeto e especificações técnicas a pedido da CONTRATANTE.	Execução contratual
R07	Atraso para início da obra, após emissão da ordem de serviço, por restrições da CONTRATANTE	Execução contratual
R08	Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato.	Execução contratual e Seleção do Fornecedor
R09	Execução do objeto em desconformidade com as especificações dos projetos e/ou em qualidade abaixo da requerida.	Execução contratual
R10	Impossibilidade da execução conforme projeto executivo devido a fatos supervenientes (raízes de árvore, Obstáculos não previstos, falta de infraestrutura, riscos geológicos etc.).	Execução contratual
R11	Descarte de resíduos da obra em local impróprio.	Execução contratual
R12	Acidentes de trabalho, e danos diretos e indiretos causados a terceiros pelos prestadores de serviço	Execução contratual
R13	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela CONTRATADA.	Execução contratual
R14	Ocorrência de roubos e furtos na obra.	Execução contratual
R15	Atrasos na obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais.	Execução contratual
R16	Atraso no cronograma e entrega da obra sem a ocorrência de fatos supervenientes.	Execução contratual
R17	Aumento (não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas) de custos dos insumos necessários para a execução do objeto.	Execução contratual
R18	Aumento no custo da mão de obra ou encargos sociais devido a acordos coletivos e dissídios coletivos.	Execução contratual
R19	Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros decorrentes de fenômenos climáticos na obra.	Execução contratual
R20	Mudança na legislação, regulamentos, normas, sistema tributário.	Execução contratual


R21	Falta de mão de obra qualificada durante o período de execução da obra.	Execução contratual
R22	Comprometimento parcial ou total das estruturas executadas pela CONTRATADA já entregues e medidas, ou até mesmo após término do contrato, com constatação da origem em erros de execução e utilização de insumos inadequados	Execução contratual e/ou pós término do contrato

4. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

4.1. A tabela a seguir apresenta avaliação e tratamento dos riscos identificados neste documento.

4.2.

R01	Risco:	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.	
	Probabilidade:	Pouco provável.	
	Impacto:	Alto.	
	Danos:	Atraso na contratação e consequente atraso no início e entrega das obras pretendidas, acarretando a insatisfação dos munícipes.	
	Tratamento:	Mitigar através da análise das impugnações e questionamentos, respondendo satisfatoriamente às requerentes, e retificando o processo, caso necessário.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Agentes de Contratação e secretária de infraestrutura e urbanismo

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 5 de 20

	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório	Agentes de Contratação e secretária de infraestrutura e urbanismo
--	---	---	---

R02	Risco:	Licitação deserta ou fracassada.	
	Probabilidade:	Raro.	
	Impacto:	Alto.	
	Danos:	Necessidade da republicação do processo licitatório e atraso no início da execução contratual.	
	Tratamento:	Revisão do processo.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Planejamento adequado das exigências para a contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Verificação da exequibilidade dos preços adotados no orçamento.	Equipe técnica.
	3	Publicação e divulgação adequada.	Secretaria de Gestão e Inovação.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Revisão dos valores estimados e exigências, no caso de licitação fracassada.	Equipe de Planejamento da Contratação e equipe técnica.
	2	Verificar junto a potenciais licitantes do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo certame, no caso da licitação deserta.	Agentes de contratação.
	3	Contratação emergencial caso repetições do certame também fracassem.	Unidade Demandante e Agentes de contratação.

R03	Risco:	Falta de dotação orçamentária para execução do contrato.
	Probabilidade:	Pouco provável
	Impacto:	Alto.

	Danos:	Atraso na execução do contrato e paralisação da obra.	
	Tratamento:	Planejamento financeiro.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Planejamento financeiro para as contratações.	Secretaria da Fazenda junto à unidade demandante.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Reprogramação do planejamento financeiro.	Secretaria da Fazenda junto à unidade demandante.

R04	Risco:	Adoção de solução inapropriada para o problema.	
	Probabilidade:	Raro.	
	Impacto:	Muito alto.	
	Danos:	Não obtenção dos resultados e da funcionalidade pretendidos.	
	Tratamento:	Elaboração adequada do Estudo Técnico Preliminar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar planejamento eficiente, envolvendo equipe multidisciplinar, e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades do órgão.	Equipe de Planejamento da Contratação e equipe técnica.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Caso seja possível a adequação da solução CONTRATADA para a obtenção da funcionalidade pretendida, realizar metafísica e aditivo contratual de acordo com os parâmetros da legislação em vigor.	Fiscais do contrato, equipe técnica, Secretaria da Fazenda, Controladoria, Procuradoria.
	2	Reelaboração dos documentos para realização de novo certame.	Equipe de Planejamento da Contratação, equipe técnica.


R05	Risco:	Elaboração de projeto básico deficiente.
	Probabilidade:	Pouco provável.

	Impacto:	Médio, no caso de falhas pouco relevantes. Muito alto, no caso de erros grotescos que inviabilizem a execução do objeto através do contrato vigente.	
	Danos:	Atraso da obra, variação do preço global do objeto, necessidade de aditivos contratuais, ou elaboração de novo certame.	
	Tratamento:	Revisão do projeto básico.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Revisão dos projetos e orçamento, e estabelecimento de prazos realistas e preços exequíveis.	Equipe técnica.
	2	Por se tratar de obra em que parte dos serviços a serem executados não permitem uma indicação com alta precisão dos quantitativos, optar por adotar o regime de execução de empreitada por preço unitário.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Identificação das falhas, omissões, sobrepreços, subdimensionamentos, superdimensionamentos.	Fiscais do contrato, responsáveis técnicos pelo orçamento e projetos.
	2	Em caso de fatos supervenientes e falhas pouco relevantes: elaboração de justificativas, projetos e orçamento retificados, identificando necessidade de aditivo contratual financeiro e/ou de prazo, de acordo com os parâmetros da legislação em vigor, e encaminhamento para os responsáveis pelo fluxo do processo.	Fiscais do contrato e equipe técnica.
	3	Caso as falhas sejam altamente relevantes, sem a possibilidade de retificação através de aditivos: elaboração de novo processo licitatório.	Fiscais do contrato e Equipe de Planejamento da Contratação.

R06	Risco:	Alterações de projeto e especificações técnicas a pedido da CONTRATANTE.
	Probabilidade:	Muito provável.
	Impacto:	Muito baixo.

	Danos:	Atraso da obra, variação do preço global do objeto, necessidade de aditivos contratuais.	
	Tratamento:	Planejar e definir efetivamente todas as especificações.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura por equipe multidisciplinar, de forma participativa, baseado nas necessidades apresentadas pela unidade demandante e pela comunidade.	Equipe técnica e Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de fatos supervenientes e alterações pouco relevantes: elaboração de justificativas, projetos e orçamento retificados, identificando necessidade de aditivo contratual financeiro e/ou de prazo, de acordo com os parâmetros da legislação em vigor, e encaminhamento para os responsáveis pelo fluxo do processo.	Fiscais do contrato e equipe técnica.

R07	Risco:	Atraso para início da obra, após emissão da ordem de serviço, por restrições da CONTRATANTE.	
	Probabilidade:	Pouco provável.	
	Impacto:	Muito baixo.	
	Danos:	Atraso do cronograma da obra, possibilidade de aumento de custos com mobilização/desmobilização e aluguéis de elementos do canteiro	
	Tratamento:	Prever e extinguir empecilhos físicos, documentais e/ou políticos para início da obra.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Verificar junto à unidade demandante e em vistoria aos locais de intervenção se há qualquer empecilho ao início imediato da obra.	Equipe técnica e fiscais do contrato
	Id	Ação de Contingência	Responsável

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA		Versão: 01
			Data: ABR/2026
			Página 9 de 20


	1	Suspender a ordem de serviço até que os serviços sejam liberados.	Unidade demandante.
	2	Verificar e justificar, se for o caso, a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução do objeto e vigência do contrato.	Fiscais do contrato.

R08	Risco:	Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato.	
	Probabilidade:	Raro.	
	Impacto:	Muito alto.	
	Danos:	Não obtenção do objeto concluído e funcional como pretendido.	
	Tratamento:	Revisar as exigências de qualificação.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Implementação de critérios adequados e suficientes para comprovar a capacidade da licitante em cumprir o objeto. Além de tratar nos documentos licitatórios sobre a possibilidade ou não de subcontratações.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Análise detalhada da capacidade técnica, financeira e operacional da licitante.	Agentes de contratação.
	3	Realizar a fiscalização e auditorias periódicas durante a execução do contrato para garantir que a CONTRATADA mantenha sua capacidade operacional.	Fiscais do contrato.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Inclusão de cláusulas contratuais que permitam a rescisão em caso de descumprimento.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Identificação e qualificação das demais licitantes com propostas aptas a assumir o contrato.	Agentes de contratação.

R09	Risco:	Execução do objeto em desconformidade com as especificações dos projetos e/ou em qualidade abaixo da requerida.
	Probabilidade:	Provável.
	Impacto:	Baixo.


	Danos:	Atraso da obra devido à necessidade de correções pela CONTRATADA.	
	Tratamento:	Fiscalização eficiente.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Executar a fiscalização eficiente e contínua.	Fiscais do contrato.
	2	Inclusão de cláusulas contratuais que permitam sanções em caso de descumprimento das especificações do objeto.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Notificar oficialmente a CONTRATADA se constatados o descumprimento de especificações e a necessidade de correções na execução.	Fiscais do contrato.
	2	Aplicação das sanções previstas em contrato.	Fiscais do contrato, unidade demandante, coordenação de contratos, Procuradoria.
	3	Efetuar as correções.	CONTRATADA.

R10	Risco:	Impossibilidade da execução conforme projeto executivo devido a fatos supervenientes (raízes de árvore, obstáculos não previstos, falta de infraestrutura, riscos geológicos etc.).	
	Probabilidade:	Provável.	
	Impacto:	Baixo.	
	Danos:	Atraso da obra devido à necessidade de alterações nos projetos pela CONTRATANTE.	
	Tratamento:	Prever ao máximo quaisquer fatos e riscos à execução dos projetos.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Contatar previamente órgãos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica e de água, esgotamento sanitário, meio ambiente, Superintendência de Serviços Públicos etc.	Equipe de Planejamento da Contratação e equipe técnica.
	2	Realizar levantamentos topográficos cadastrais adequados e suficientes.	Equipe de topografia.
	3	Vistoriar a área de intervenção antes e durante a elaboração dos projetos.	Equipe técnica.
	Id	Ação de Contingência	Responsável

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 11 de 20

	1	Elaboração de justificativas, projetos e orçamento atualizados, identificando necessidade de aditivo contratual financeiro e/ou de prazo, de acordo com os parâmetros da legislação em vigor, e encaminhamento para os responsáveis pelo fluxo do processo.	Fiscais do contrato e equipes técnicas.
	2	Contatar órgãos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica e de água, esgotamento sanitário, meio ambiente, Superintendência de Serviços Públicos etc., a fim de mitigar os obstáculos à execução.	Fiscais do contrato e unidade demandante.

R11	Risco:	Descarte de resíduos da obra em local impróprio.	
	Probabilidade:	Pouco provável.	
	Impacto:	Muito baixo.	
	Danos:	Riscos ambientais.	
	Tratamento:	Aplicação de sanções e transporte dos resíduos para local de descarte adequado.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Identificar as áreas apropriadas para o descarte de resíduos da obra, levando em consideração as regulamentações ambientais locais, a capacidade de absorção do local e a preservação da biodiversidade.	Equipe de Planejamento da Contratação, equipe técnica, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
	2	Caso necessário e possível, implementar plano de gerenciamento de resíduos da construção civil que envolva a separação adequada dos resíduos, o uso de técnicas sustentáveis de descarte e a compatibilização dos serviços com as empresas especializadas no manejo de resíduos.	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
	3	Previsão de sanções.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Estabelecimento e divulgação de plano de remediação em caso de identificação de descarte inadequado, através da definição de protocolos para lidar com situações emergenciais.	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.


	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 12 de 20

	2	Aplicação de sanções à CONTRATADA.	Fiscais do contrato, unidade demandante, coordenação de contratos, Procuradoria.
	3	Transporte dos resíduos para local de descarte adequado.	CONTRATADA.

R12	Risco:	Acidentes de trabalho, e danos diretos e indiretos causados a terceiros pelos prestadores de serviço.	
	Probabilidade:	Pouco provável.	
	Impacto:	Muito baixo.	
	Danos:	Prejuízos a terceiros ou a trabalhadores com a ocorrência de lesões físicas ou a bens, morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.	
	Tratamento:	Prever situações problemáticas potenciais, observar normas, apurar responsabilidades, punir e indenizar	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Previsão no contrato de que a CONTRATADA deverá responder por qualquer acidente na execução dos serviços.	Agentes de Contratação e Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Previsão no contrato da obrigação da CONTRATADA de fazer seguro de responsabilidade civil contra terceiros.	Agentes de Contratação e Equipe de Planejamento da Contratação.
	3	Identificar as áreas e atividades da obra que apresentam potencial para causar acidentes.	CONTRATADA.
	4	Qualificar e instruir os prestadores de serviços, principalmente em relação às normas de segurança do trabalho.	CONTRATADA.
	5	Verificar as condições do canteiro de obras, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e de Equipamentos de Proteção Coletiva; e notificar a CONTRATADA caso sejam verificadas irregularidades e não cumprimento das normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	Fiscais do contrato.

Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Solicitar que a CONTRATADA realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social.	Fiscais do contrato.
2	Aplicação de sanções à CONTRATADA.	Fiscais do contrato, unidade demandante, coordenação de contratos, Procuradoria.
3	Responsabilidade por indenizações.	CONTRATADA.

R13	Risco:	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela CONTRATADA.	
	Probabilidade:	Pouco provável.	
	Impacto:	Médio.	
	Danos:	Prejuízos aos trabalhadores da CONTRATADA e possíveis judicializações contra a CONTRATADA e CONTRATANTE.	
	Tratamento:	Prever punições.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Previsão no contrato da responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.	Agentes de Contratação e Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Previsão no contrato de rescisão unilateral e sanções relacionadas a esse descumprimento.	Agentes de Contratação e Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Identificar e comunicar às autoridades competentes.	Fiscais do contrato.
	2	Reter o pagamento da fatura mensal no mínimo em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.	Secretaria da Fazenda.
	3	Rescisão contratual.	Fiscais do contrato, Procuradoria e Secretaria de Gestão e Inovação

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 14 de 20

	4	Regularizar a situação e se responsabilizar por quaisquer prejuízos.	CONTRATADA.
--	---	--	-------------

R14	Risco:	Ocorrência de roubos e furtos na obra.	
	Probabilidade:	Provável.	
	Impacto:	Baixo.	
	Danos:	Prejuízos à CONTRATADA e aumento das despesas previstas.	
	Tratamento:	Vigilância, isolamento e armazenamento adequados.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Previsão no contrato que a CONTRATADA deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.	Agentes de Contratação e Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Incluir nos custos diretos do orçamento os valores com itens de administração local e canteiro que possam evitar roubos e furtos (vigias, depósitos, almoxarifados, sinalizações, equipamentos e isolamento de áreas).	Responsável técnico pelo orçamento.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Identificar e comunicar às autoridades competentes, além de registrar boletim de ocorrência.	CONTRATADA e fiscais do contrato.
	2	Repor os insumos e equipamentos necessários para a execução do contrato.	CONTRATADA.


R15	Risco:	Atrasos na obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais.	
	Probabilidade:	Praticamente certo.	
	Impacto:	Médio.	
	Danos:	Atraso no cronograma da obra.	
	Tratamento:	Estabelecimento de prazos razoáveis levando em consideração à realidade climática do município e, caso necessário, reprogramação do cronograma físico-financeiro.	

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Elaboração de cronograma físico-financeiro compatível com a realidade da região.	Equipe técnica.
2	Prever a necessidade de registro, pela fiscalização e pela CONTRATADA, dos eventos climáticos que atrapalhem a execução do objeto.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Avaliar a necessidade da prorrogação do prazo de execução do objeto e do contrato.	Fiscais do contrato.

R16	Risco:	Atraso no cronograma e entrega da obra sem a ocorrência de fatos supervenientes.	
	Probabilidade:	Pouco provável.	
	Impacto:	Baixo.	
	Danos:	Atraso no andamento e entrega da obra.	
	Tratamento:	Estabelecimento de prazos razoáveis, além da fiscalização efetiva e notificações à CONTRATADA.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração de cronograma físico-financeiro realista.	Equipe técnica.
	2	Definir claramente as penalidades por atraso no contrato.	Equipe de Planejamento da Contratação e Agentes de Contratação.
	3	Realizar uma análise detalhada da capacidade técnica e financeira da CONTRATADA antes da assinatura do contrato.	Agentes de Contratação.
	4	Implementar um sistema eficaz de acompanhamento do progresso da obra e identificação precoce de possíveis desvios do cronograma.	Fiscais do contrato.
	5	Analisar e estudar o cronograma previsto pela administração e adequar o planejamento.	CONTRATADA.

	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Estabelecer medidas para acelerar o ritmo da obra, inclusive com o acionamento de equipes adicionais e/ou alocação de recursos extras.	CONTRATADA.
	2	Identificar os desvios do cronograma e notificar a CONTRATADA.	Fiscais do contrato.
	3	Aplicação das sanções previstas.	Fiscais do contrato, unidade demandante, coordenação de contratos, Procuradoria.

R17	Risco:	Aumento (não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas) de custos dos insumos necessários para a execução do objeto.	
	Probabilidade:	Pouco provável	
	Impacto:	Baixo.	
	Danos:	Aumento dos custos previstos.	
	Tratamento:	Correta análise da possibilidade ou não da aplicação de reajustes e reequilíbrios.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Prever possibilidades de reajuste, indicando o índice a ser utilizado.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	2	Prever, dentre as cláusulas contratuais, que a CONTRATADA se responsabilizará pelo aumento nos custos de quaisquer dos insumos necessários à execução do objeto, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, que gerem aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Atentar-se às possibilidades contratuais de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro, dentro dos prazos legais.	CONTRATADA.

	MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Versão: 01
		Data: ABR/2026
		Página 17 de 20

	2	Responsabilizar-se por inflações que gerem aumentos de custos superiores aos índices de reajuste.	CONTRATADA.
	3	Responsabilizar-se por gerenciar flutuações nos preços dos materiais dentro do percentual de lucro estabelecido.	CONTRATADA.
	4	Caso legalmente possível, efetuar reajustes e reequilíbrios.	Fiscais do contrato, coordenação dos contratos, Secretaria da Fazenda, unidades de controle e jurídicas.

R18	Risco:	Aumento no custo da mão de obra ou encargos sociais devido a acordos coletivos e dissídios coletivos.	
	Probabilidade:	Raro.	
	Impacto:	Baixo.	
	Danos:	Aumento das despesas da CONTRATADA.	
	Tratamento:	Prever potenciais movimentos coletivos que possam impactar na execução contratual e firmar contratos bem definidos com os trabalhadores.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Prever potenciais movimentos coletivos relacionados às condições de mercado e negociações salariais que possam impactar na execução contratual e firmar contratos bem definidos com seus empregados e prestadores de serviços.	CONTRATADA.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Gerenciar e se responsabilizar por esses aumentos dentro dos limites estabelecidos na legislação vigente, sem deixar que impacte negativamente na entrega do objeto contratado.	CONTRATADA.

R19	Risco:	Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros decorrentes de fenômenos climáticos na obra.
	Probabilidade:	Pouco provável
	Impacto:	Médio.

Danos:		Aumento dos custos previstos e atraso na execução da obra.	
Tratamento:		Prever riscos ambientais, climáticos e outros relacionados, alocando corretamente nos custos indiretos da CONTRATADA.	
Id	Ação Preventiva		Responsável
1	Prever contratualmente que a CONTRATADA seja a responsável por prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.		Equipe de Planejamento da Contratação e Agentes de Contratação.
2	Prever eventos dessa natureza, mitigar e proteger serviços, insumos e equipamentos.		CONTRATADA.
Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Solicitar que a CONTRATADA efetue as correções necessárias.		Fiscais do contrato.
2	Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.		CONTRATADA.
3	Apurar e direcionar responsabilidades no caso de os eventos ocorrerem após recebimento dos serviços executados.		Fiscais do contrato, unidades jurídicas.

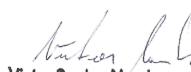
R20	Risco:	Mudança na legislação, regulamentos, normas, sistema tributário.	
	Probabilidade:	Raro.	
	Impacto:	Médio.	
	Danos:	Alteração de custos diversos e prazos previstos para execução do objeto, além de especificações técnicas.	
	Tratamento:	Tentar prever e mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Acompanhar potenciais discussões ou tramitação de mudanças de legislação, regulamentos, normas, sistema tributário, que impactem na execução do objeto.	Fiscais do contrato e unidades envolvidas e/ou relacionadas com a legislação potencialmente em alteração.

	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Análise do caso específico, realizando-se alterações contratuais financeiras e/ou de prazo, caso possível e necessário.	Fiscais do contrato, unidades envolvidas e/ou relacionadas com a legislação alterada, unidades jurídicas.
	2	Alteração de projeto básico.	Equipe técnica.

R21	Risco:	Falta de mão de obra qualificada durante o período de execução da obra.	
	Probabilidade:	Provável.	
	Impacto:	Médio.	
	Danos:	Atraso na obra e possível comprometimento da qualidade dos serviços.	
	Tratamento:	Análise prévia, capacitação, diálogo com o mercado.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar uma análise prévia da disponibilidade de mão de obra qualificada na região.	CONTRATADA.
	2	Investir em programas de capacitação e treinamento para garantir a qualificação da equipe de trabalho	CONTRATADA.
	3	Manter profissionais especializados no quadro permanente da empresa	CONTRATADA.
	4	Estabelecer parcerias com instituições de ensino e programas de aprendizagem para garantir um fluxo contínuo de mão de obra qualificada.	CONTRATADA.
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Procurar profissionais qualificados em outras localidades.	CONTRATADA.
	2	Subempreitar parcialmente, caso legalmente permitido.	CONTRATADA.
	3	Orientar e supervisionar continuamente os trabalhadores.	CONTRATADA.

R22	Risco:	Comprometimento parcial ou total das estruturas executadas pela CONTRATADA já entregues e medidas, até mesmo após término do
------------	--------	--

		contrato, com constatação da origem em erros de execução e utilização de insumos inadequados.
	Probabilidade:	Pouco provável.
	Impacto:	Médio.
	Danos:	Aumento de custos e prazos. Necessidade de reparos ou reconstrução. Impacto na reputação da CONTRATADA e da CONTRATANTE. Possíveis litígios e custos legais associados.
	Tratamento:	Fiscalização efetiva e apuração de responsabilidades.
	Id	Ação Preventiva
	1	Estabelecer padrões de qualidade, especificações técnicas claras e exigências quanto aos materiais a serem utilizados.
		Equipe de Planejamento da Contratação e equipe técnica.
	2	Estabelecer mecanismos eficientes de fiscalização e acompanhamento da execução da obra, com inspeções regulares por parte da CONTRATANTE ou de terceiros especializados.
		Fiscais do contrato.
	3	Exigir a apresentação de garantias financeiras pela CONTRATADA, como seguro-garantia ou caução, para cobrir eventuais danos causados por erros de execução.
		Agentes de Contratação.
	Id	Ação de Contingência
	1	Realizar uma avaliação técnica detalhada para identificar o impacto do comprometimento das estruturas, além de análises de causas e proposta de soluções adequadas.
		Fiscais do contrato e equipes técnicas.
	2	Apurar e direcionar responsabilidades.
		Fiscais do contrato, unidades jurídicas.
	3	Efetuar as correções devidas.
		CONTRATADA.


VICTOR SANTOS MENDONÇA
 ENGENHEIRO CIVIL
 CREA: 34460BA

LEIMONE FERNANDES MOTTA
 SECRETÁRIA DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
A.			PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO					595.084,48	
A. 1			SERVIÇOS PRELIMINARES		1		3.318,42	3.318,42	0,56 %
A. 1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	6	445,31	553,07	3.318,42	0,56 %
A. 2			PISOS		1		58.784,85	58.784,85	9,88 %
A. 2.1	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	13,86	756,70	939,82	13.025,90	2,19 %
A. 2.2	10991	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 46 x 46 cm, pei 5, Incenor, comum branco, anti-derrapante, retificado, ref.62650 ou similar, aplicada c/ argamassa ind. ac-ii, rejunte acrílico, exceto regularização de base/emboço	m²	218,97	70,89	88,04	19.278,11	3,24 %
A. 2.3	92396	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	85	83,43	103,62	8.807,70	1,48 %
A. 2.4	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	70,66	55,97	69,51	4.911,57	0,83 %
A. 2.5	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	218,97	46,93	58,28	12.761,57	2,14 %
A. 3			PAREDES		1		140.832,10	140.832,10	23,67 %
A. 3.1			PINTURAS		1		37.093,50	37.093,50	6,23 %
A. 3.1.1	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	744,7	18,89	23,46	17.470,66	2,94 %
A. 3.1.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	744,7	16,67	20,70	15.415,29	2,59 %
A. 3.1.3	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	744,7	4,55	5,65	4.207,55	0,71 %
A. 3.2			REVESTIMENTOS		1		103.738,60	103.738,60	17,43 %
A. 3.2.1	42	ORSE	Apicoamento total de reboco com ponteiros/talhadeiras	m²	629,6	3,57	4,43	2.789,12	0,47 %
A. 3.2.2	22	ORSE	Demolição de revestimento cerâmico ou azulejo	m²	264,95	27,25	33,84	8.965,90	1,51 %
A. 3.2.3	11369	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 01	m²	609	88,02	109,32	66.575,88	11,19 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
A. 3.2.4	11179	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde claro, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	10,3	127,99	158,96	1.637,28	0,28 %
A. 3.2.5	4442	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux amarelo, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 04	m²	10,3	84,40	104,82	1.079,64	0,18 %
A. 3.2.6	87554	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	m²	629,6	29,02	36,04	22.690,78	3,81 %
A. 4			TETOS		1		57.297,30	57.297,30	9,63 %
A. 4.1	0015	Próprio	REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL COMUM, ITABAIANA OU SIMILAR, COM REPOSIÇÃO DE 50% DO MATERIAL	m²	280	122,44	152,07	42.579,60	7,16 %
A. 4.2	88496	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	230	34,86	43,29	9.956,70	1,67 %
A. 4.3	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	230	16,67	20,70	4.761,00	0,80 %
A. 5			ELÉTRICA		1		28.250,00	28.250,00	4,75 %
A. 5.1	630	ORSE	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	pt	50	229,81	285,42	14.271,00	2,40 %
A. 5.2	626	ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 3, em teto ou parede	pt	50	225,11	279,58	13.979,00	2,35 %
A. 6			HIDRÁULICA		1		47.145,69	47.145,69	7,92 %
A. 6.1	1205	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 3	un	30	198,08	246,01	7.380,30	1,24 %
A. 6.2	1682	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	un	30	162,72	202,09	6.062,70	1,02 %
A. 6.3	12476	ORSE	Box para banheiro em vidro temperado 8 mm, liso, incolor, de correr, em alumínio branco, inclusive ferragens - fornecimento e instalação - Rev.02 10/2021	m²	5,4	350,00	434,70	2.347,38	0,39 %
A. 6.4	11077	ORSE	Fossa séptica em concreto armado dimensões internas 1,50 x 3,00 x 1,50 m	un	1	19.015,27	23.616,96	23.616,96	3,97 %
A. 6.5	1747	ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 3,00 x1,50 x 1,50 m	un	1	6.230,56	7.738,35	7.738,35	1,30 %
A. 7			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1		4.846,43	4.846,43	0,81 %
A. 7.1	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF 04/2019	m²	300	2,21	2,74	822,00	0,14 %
A. 7.2	3167	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m	un	1	2.037,39	2.530,43	2.530,43	0,43 %
A. 7.3	26	ORSE	Coleta e carga manuais de entulho	m³	50	24,06	29,88	1.494,00	0,25 %
A. 8			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS		1		37.506,75	37.506,75	6,30 %
A. 8.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	110	135,07	167,75	18.452,50	3,10 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01



Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
A. 8.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	300	38,70	48,06	14.418,00	2,42 %
A. 8.3	90767	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	125	29,87	37,09	4.636,25	0,78 %
A. 9			MUROS / GRADES E PORTÕES		1		140.839,54	140.839,54	23,67 %
A. 9.1			MURO DE FECHAMENTO		1		110.464,71	110.464,71	18,56 %
A. 9.1.1	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF 01/2024	m³	10	116,94	145,23	1.452,30	0,24 %
A. 9.1.2	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF 08/2023	m³	5	30,06	37,33	186,65	0,03 %
A. 9.1.3	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	11	2.755,76	3.422,65	37.649,15	6,33 %
A. 9.1.4	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	m²	237,05	103,61	128,68	30.503,59	5,13 %
A. 9.1.5	87907	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF 10/2022	m²	474,1	7,38	9,16	4.342,75	0,73 %
A. 9.1.6	4783	ORSE	Reboco externo, de parede, com argamassa traço 1:4 (cal / areia), espessura 2,5 cm	m²	474,1	47,72	59,26	28.095,16	4,72 %
A. 9.1.7	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	474,1	13,99	17,37	8.235,11	1,38 %
A. 9.2			GRADES E PORTÕES		1		30.374,83	30.374,83	5,10 %
A. 9.2.1	13779	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,03m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliéster por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	18,69	741,59	921,05	17.214,42	2,89 %
A. 9.2.2	13780	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,43m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliéster por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	10,51	1.008,20	1.252,18	13.160,41	2,21 %
A. 10			ÁREA DE CONVIVÊNCIA		1		28.014,49	28.014,49	4,71 %
A. 10.1			BANCOS / PERGOLADOS / FLOREIRAS		1		13.919,58	13.919,58	2,34 %
A. 10.1.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	13,66	63,47	78,82	1.076,68	0,18 %
A. 10.1.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	20,24	8,58	10,65	215,55	0,04 %
A. 10.1.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	20,24	50,52	62,74	1.269,85	0,21 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
A. 10.1.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	13,66	13,99	17,37	237,27	0,04 %
A. 10.1.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	4,34	49,10	60,98	264,65	0,04 %
A. 10.1.6	11115	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=13 a 16cm	m	20	64,14	79,66	1.593,20	0,27 %
A. 10.1.7	11114	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=7 a 10cm	m	30	43,92	54,54	1.636,20	0,27 %
A. 10.1.8	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,4	2.755,76	3.422,65	1.369,06	0,23 %
A. 10.1.9	3223	ORSE	Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão emurb)	un	4	1.259,49	1.564,28	6.257,12	1,05 %
A. 10.2			FLOREIRAS ISOLADAS		1		7.281,25	7.281,25	1,22 %
A. 10.2.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	24,6	63,47	78,82	1.938,97	0,33 %
A. 10.2.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	24,51	8,58	10,65	261,03	0,04 %
A. 10.2.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	24,51	50,52	62,74	1.537,75	0,26 %
A. 10.2.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	24,51	13,99	17,37	425,73	0,07 %
A. 10.2.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	12,4	49,10	60,98	756,15	0,13 %
A. 10.2.6	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,69	2.755,76	3.422,65	2.361,62	0,40 %
A. 10.3			PAISAGISMO		1		6.813,66	6.813,66	1,14 %
A. 10.3.1	8815	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira rabo de peixe, h=3m	un	2	1.065,42	1.323,25	2.646,50	0,44 %
A. 10.3.2	7673	ORSE	Planta - Primavera (bougainvillea spectabilis), fornecimento e plantio	un	10	39,70	49,30	493,00	0,08 %
A. 10.3.3	98511	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024	UN	4	201,12	249,79	999,16	0,17 %
A. 10.3.4	8774	ORSE	Casca de pinus, fornecimento e colocação	kg	100	7,39	9,17	917,00	0,15 %
A. 10.3.5	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	m²	100	14,16	17,58	1.758,00	0,30 %
A. 11			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES		1		19.276,71	19.276,71	3,24 %
A. 11.1	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	218,97	26,00	32,29	7.070,54	1,19 %
A. 11.2	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	277,35	35,44	44,01	12.206,17	2,05 %
A. 12			CANTEIRO DE OBRAS		1		28.972,20	28.972,20	4,87 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01



Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
A. 12.1	0016	Próprio	BARRACAO PARA ESCRITORIO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	2.077,04	2.579,68	15.478,08	2,60 %
A. 12.2	0018	Próprio	BARRACAO PARA DEPÓSITO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	1.810,81	2.249,02	13.494,12	2,27 %
B.			USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA					510.995,21	
B. 1			SERVIÇOS PRELIMINARES		1		3.318,42	3.318,42	0,65 %
B. 1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 PS	m²	6	445,31	553,07	3.318,42	0,65 %
B. 2			PISOS		1		55.984,53	55.984,53	10,96 %
B. 2.1	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	m³	3	756,70	939,82	2.819,46	0,55 %
B. 2.2	10991	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 46 x 46 cm, pei 5, Incenor, comum branco, anti-derrapante, retificado, ref.62650 ou similar, aplicada c/ argamassa ind. ac-ii, rejunte acrílico, exceto regularização de base/emboço	m²	193,21	70,89	88,04	17.010,20	3,33 %
B. 2.3	92396	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF 10/2022	m²	200	83,43	103,62	20.724,00	4,06 %
B. 2.4	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	60	55,97	69,51	4.170,60	0,82 %
B. 2.5	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF 07/2021	m²	193,21	46,93	58,28	11.260,27	2,20 %
B. 3			PAREDES		1		115.659,66	115.659,66	22,63 %
B. 3.1			PINTURAS		1		29.228,50	29.228,50	5,72 %
B. 3.1.1	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	586,8	18,89	23,46	13.766,32	2,69 %
B. 3.1.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	586,8	16,67	20,70	12.146,76	2,38 %
B. 3.1.3	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF 04/2023	m²	586,8	4,55	5,65	3.315,42	0,65 %
B. 3.2			REVESTIMENTOS		1		86.431,16	86.431,16	16,91 %
B. 3.2.1	42	ORSE	Apicoamento total de reboco com ponteiros/talhadeiras	m²	484,6	3,57	4,43	2.146,77	0,42 %
B. 3.2.2	22	ORSE	Demolição de revestimento cerâmico ou azulejo	m²	400	27,25	33,84	13.536,00	2,65 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
B. 3.2.3	11369	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 01	m²	471	88,02	109,32	51.489,72	10,08 %
B. 3.2.4	11179	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde claro, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	6,8	127,99	158,96	1.080,92	0,21 %
B. 3.2.5	4442	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux amarelo, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 04	m²	6,8	84,40	104,82	712,77	0,14 %
B. 3.2.6	87554	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	m²	484,6	29,02	36,04	17.464,98	3,42 %
B. 4			TETOS		1		42.813,00	42.813,00	8,38 %
B. 4.1	0015	Próprio	REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL COMUM, ITABAIANA OU SIMILAR, COM REPOSIÇÃO DE 50% DO MATERIAL	m²	210	122,44	152,07	31.934,70	6,25 %
B. 4.2	88496	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	170	34,86	43,29	7.359,30	1,44 %
B. 4.3	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	170	16,67	20,70	3.519,00	0,69 %
B. 5			ELÉTRICA		1		28.250,00	28.250,00	5,53 %
B. 5.1	630	ORSE	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	pt	50	229,81	285,42	14.271,00	2,79 %
B. 5.2	626	ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 3, em teto ou parede	pt	50	225,11	279,58	13.979,00	2,74 %
B. 6			HIDRÁULICA		1		45.737,26	45.737,26	8,95 %
B. 6.1	1205	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 3	un	30	198,08	246,01	7.380,30	1,44 %
B. 6.2	1682	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	un	30	162,72	202,09	6.062,70	1,19 %
B. 6.3	12476	ORSE	Box para banheiro em vidro temperado 8 mm, liso, incolor, de correr, em alumínio branco, inclusive ferragens - fornecimento e instalação - Rev.02 10/2021	m²	2,16	350,00	434,70	938,95	0,18 %
B. 6.4	11077	ORSE	Fossa séptica em concreto armado dimensões internas 1,50 x 3,00 x 1,50 m	un	1	19.015,27	23.616,96	23.616,96	4,62 %
B. 6.5	1747	ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 3,00 x1,50 x 1,50 m	un	1	6.230,56	7.738,35	7.738,35	1,51 %
B. 7			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1		4.846,43	4.846,43	0,95 %
B. 7.1	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	m²	300	2,21	2,74	822,00	0,16 %
B. 7.2	3167	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m	un	1	2.037,39	2.530,43	2.530,43	0,50 %
B. 7.3	26	ORSE	Coleta e carga manuais de entulho	m³	50	24,06	29,88	1.494,00	0,29 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
B. 8			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1		32.499,00	32.499,00	6,36 %
B. 8.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	100	135,07	167,75	16.775,00	3,28 %
B. 8.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	250	38,70	48,06	12.015,00	2,35 %
B. 8.3	90767	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	100	29,87	37,09	3.709,00	0,73 %
B. 9			MUROS / GRADES E PORTÕES		1		116.020,87	116.020,87	22,70 %
B. 9.1			MURO DE FECHAMENTO		1		87.881,89	87.881,89	17,20 %
B. 9.1.1	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF 01/2024	m³	10	116,94	145,23	1.452,30	0,28 %
B. 9.1.2	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF 08/2023	m³	5	30,06	37,33	186,65	0,04 %
B. 9.1.3	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	9,55	2.755,76	3.422,65	32.686,30	6,40 %
B. 9.1.4	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	m²	173,6	103,61	128,68	22.338,84	4,37 %
B. 9.1.5	87907	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF 10/2022	m²	342,2	7,38	9,16	3.134,55	0,61 %
B. 9.1.6	4783	ORSE	Reboco externo, de parede, com argamassa traço 1:4 (cal / areia), espessura 2,5 cm	m²	347,2	47,72	59,26	20.575,07	4,03 %
B. 9.1.7	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	432,25	13,99	17,37	7.508,18	1,47 %
B. 9.2			GRADES E PORTÕES		1		28.138,98	28.138,98	5,51 %
B. 9.2.1	13779	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,03m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	25,48	741,59	921,05	23.468,35	4,59 %
B. 9.2.2	13780	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,43m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	3,73	1.008,20	1.252,18	4.670,63	0,91 %
B. 10			ÁREA DE CONVIVÊNCIA		1		28.014,49	28.014,49	5,48 %
B. 10.1			BANCOS / PERGOLADOS / FLOREIRAS		1		13.919,58	13.919,58	2,72 %
B. 10.1.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	13,66	63,47	78,82	1.076,68	0,21 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
B. 10.1.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	20,24	8,58	10,65	215,55	0,04 %
B. 10.1.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	20,24	50,52	62,74	1.269,85	0,25 %
B. 10.1.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	13,66	13,99	17,37	237,27	0,05 %
B. 10.1.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	4,34	49,10	60,98	264,65	0,05 %
B. 10.1.6	11115	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=13 a 16cm	m	20	64,14	79,66	1.593,20	0,31 %
B. 10.1.7	11114	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=7 a 10cm	m	30	43,92	54,54	1.636,20	0,32 %
B. 10.1.8	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,4	2.755,76	3.422,65	1.369,06	0,27 %
B. 10.1.9	3223	ORSE	Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão emurb)	un	4	1.259,49	1.564,28	6.257,12	1,22 %
B. 10.2			FLOREIRAS ISOLADAS		1		7.281,25	7.281,25	1,42 %
B. 10.2.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	24,6	63,47	78,82	1.938,97	0,38 %
B. 10.2.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	24,51	8,58	10,65	261,03	0,05 %
B. 10.2.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	24,51	50,52	62,74	1.537,75	0,30 %
B. 10.2.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	24,51	13,99	17,37	425,73	0,08 %
B. 10.2.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	12,4	49,10	60,98	756,15	0,15 %
B. 10.2.6	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,69	2.755,76	3.422,65	2.361,62	0,46 %
B. 10.3			PAISAGISMO		1		6.813,66	6.813,66	1,33 %
B. 10.3.1	8815	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira rabo de peixe, h=3m	un	2	1.065,42	1.323,25	2.646,50	0,52 %
B. 10.3.2	7673	ORSE	Planta - Primavera (bougainvillea spectabilis), fornecimento e plantio	un	10	39,70	49,30	493,00	0,10 %
B. 10.3.3	98511	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024	UN	4	201,12	249,79	999,16	0,20 %
B. 10.3.4	8774	ORSE	Casca de pinus, fornecimento e colocação	kg	100	7,39	9,17	917,00	0,18 %
B. 10.3.5	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	m²	100	14,16	17,58	1.758,00	0,34 %
B. 11			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES		1		8.879,35	8.879,35	1,74 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
B. 11.1	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m²	193,21	26,00	32,29	6.238,75	1,22 %
B. 11.2	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	60	35,44	44,01	2.640,60	0,52 %
B. 12			CANTEIRO DE OBRAS		1		28.972,20	28.972,20	5,67 %
B. 12.1	0016	Próprio	BARRACAO PARA ESCRITORIO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	2.077,04	2.579,68	15.478,08	3,03 %
B. 12.2	0018	Próprio	BARRACAO PARA DEPÓSITO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	1.810,81	2.249,02	13.494,12	2,64 %
C.			USF MANOEL DA SILVA GALVÃO					501.425,46	
C. 1			SERVIÇOS PRELIMINARES		1		3.318,42	3.318,42	0,66 %
C. 1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 PS	m²	6	445,31	553,07	3.318,42	0,66 %
C. 2			PISOS		1		72.552,81	72.552,81	14,47 %
C. 2.1	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	m³	2,7	756,70	939,82	2.537,51	0,51 %
C. 2.2	10991	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 46 x 46 cm, pei 5, Incenor, comum branco, anti-derrapante, retificado, ref.62650 ou similar, aplicada c/ argamassa ind. ac-ii, rejunte acrílico, exceto regularização de base/emboço	m²	240,02	70,89	88,04	21.131,36	4,21 %
C. 2.3	92396	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF 10/2022	m²	267	83,43	103,62	27.666,54	5,52 %
C. 2.4	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	104	55,97	69,51	7.229,04	1,44 %
C. 2.5	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF 07/2021	m²	240,02	46,93	58,28	13.988,36	2,79 %
C. 3			PAREDES		1		143.469,00	143.469,00	28,61 %
C. 3.1			PINTURAS		1		37.643,89	37.643,89	7,51 %
C. 3.1.1	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	755,75	18,89	23,46	17.729,89	3,54 %
C. 3.1.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	755,75	16,67	20,70	15.644,02	3,12 %
C. 3.1.3	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF 04/2023	m²	755,75	4,55	5,65	4.269,98	0,85 %
C. 3.2			REVESTIMENTOS		1		105.825,11	105.825,11	21,10 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01



Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
C. 3.2.1	42	ORSE	Apicoamento total de reboco com ponteiros/talhadeiras	m²	951,8	3,57	4,43	4.216,47	0,84 %
C. 3.2.2	22	ORSE	Demolição de revestimento cerâmico ou azulejo	m²	450	27,25	33,84	15.228,00	3,04 %
C. 3.2.3	11369	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 01	m²	576	88,02	109,32	62.968,32	12,56 %
C. 3.2.4	11179	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde claro, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	7,9	127,99	158,96	1.255,78	0,25 %
C. 3.2.5	4442	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux amarelo, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 04	m²	7,9	84,40	104,82	828,07	0,17 %
C. 3.2.6	87554	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	m²	591,8	29,02	36,04	21.328,47	4,25 %
C. 4			TETOS		1		52.095,30	52.095,30	10,39 %
C. 4.1	0015	Próprio	REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL COMUM, ITABAIANA OU SIMILAR, COM REPOSIÇÃO DE 50% DO MATERIAL	m²	250	122,44	152,07	38.017,50	7,58 %
C. 4.2	88496	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	220	34,86	43,29	9.523,80	1,90 %
C. 4.3	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	220	16,67	20,70	4.554,00	0,91 %
C. 5			ELÉTRICA		1		28.250,00	28.250,00	5,63 %
C. 5.1	630	ORSE	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	pt	50	229,81	285,42	14.271,00	2,85 %
C. 5.2	626	ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 3, em teto ou parede	pt	50	225,11	279,58	13.979,00	2,79 %
C. 6			HIDRÁULICA		1		44.798,31	44.798,31	8,93 %
C. 6.1	1205	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 3	un	30	198,08	246,01	7.380,30	1,47 %
C. 6.2	1682	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	un	30	162,72	202,09	6.062,70	1,21 %
C. 6.3	11077	ORSE	Fossa séptica em concreto armado dimensões internas 1,50 x 3,00 x 1,50 m	un	1	19.015,27	23.616,96	23.616,96	4,71 %
C. 6.4	1747	ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 3,00 x 1,50 x 1,50 m	un	1	6.230,56	7.738,35	7.738,35	1,54 %
C. 7			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1		4.846,43	4.846,43	0,97 %
C. 7.1	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF 04/2019	m²	300	2,21	2,74	822,00	0,16 %
C. 7.2	3167	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m	un	1	2.037,39	2.530,43	2.530,43	0,50 %
C. 7.3	26	ORSE	Coleta e carga manuais de entulho	m³	50	24,06	29,88	1.494,00	0,30 %
C. 8			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS		1		32.945,65	32.945,65	6,57 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
C. 8.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	100	135,07	167,75	16.775,00	3,35 %
C. 8.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	240	38,70	48,06	11.534,40	2,30 %
C. 8.3	90767	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	125	29,87	37,09	4.636,25	0,92 %
C. 9			MUROS / GRADES E PORTÕES		1		52.036,07	52.036,07	10,38 %
C. 9.1			MURO DE FECHAMENTO		1		20.010,26	20.010,26	3,99 %
C. 9.1.1	97621	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m³	60	131,81	163,70	9.822,00	1,96 %
C. 9.1.2	4448	ORSE	Fornecimento e assentamento de grampos para muro com argamassa de cimento, cal e areia traço t-5 (1:2:8), inclusive arestamento	m	35	59,36	73,72	2.580,20	0,51 %
C. 9.1.3	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	438	13,99	17,37	7.608,06	1,52 %
C. 9.2			GRADES E PORTÕES		1		32.025,81	32.025,81	6,39 %
C. 9.2.1	13779	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,03m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	29,7	741,59	921,05	27.355,18	5,46 %
C. 9.2.2	13780	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,43m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	3,73	1.008,20	1.252,18	4.670,63	0,93 %
C. 10			ÁREA DE CONVIVÊNCIA		1		28.014,49	28.014,49	5,59 %
C. 10.1			BANCOS / PERGOLADOS / FLOREIRAS		1		13.919,58	13.919,58	2,78 %
C. 10.1.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	13,66	63,47	78,82	1.076,68	0,21 %
C. 10.1.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	20,24	8,58	10,65	215,55	0,04 %
C. 10.1.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	20,24	50,52	62,74	1.269,85	0,25 %
C. 10.1.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	13,66	13,99	17,37	237,27	0,05 %
C. 10.1.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF 09/2023	m²	4,34	49,10	60,98	264,65	0,05 %
C. 10.1.6	11115	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=13 a 16cm	m	20	64,14	79,66	1.593,20	0,32 %
C. 10.1.7	11114	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=7 a 10cm	m	30	43,92	54,54	1.636,20	0,33 %
C. 10.1.8	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,4	2.755,76	3.422,65	1.369,06	0,27 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
C. 10.1.9	3223	ORSE	Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão emurb)	un	4	1.259,49	1.564,28	6.257,12	1,25 %
C. 10.2			FLOREIRAS ISOLADAS		1		7.281,25	7.281,25	1,45 %
C. 10.2.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	24,6	63,47	78,82	1.938,97	0,39 %
C. 10.2.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	24,51	8,58	10,65	261,03	0,05 %
C. 10.2.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	24,51	50,52	62,74	1.537,75	0,31 %
C. 10.2.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	24,51	13,99	17,37	425,73	0,08 %
C. 10.2.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF 09/2023	m²	12,4	49,10	60,98	756,15	0,15 %
C. 10.2.6	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,69	2.755,76	3.422,65	2.361,62	0,47 %
C. 10.3			PAISAGISMO		1		6.813,66	6.813,66	1,36 %
C. 10.3.1	8815	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira rabo de peixe, h=3m	un	2	1.065,42	1.323,25	2.646,50	0,53 %
C. 10.3.2	7673	ORSE	Planta - Primavera (bougainvillea spectabilis), fornecimento e plantio	un	10	39,70	49,30	493,00	0,10 %
C. 10.3.3	98511	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF 07/2024	UN	4	201,12	249,79	999,16	0,20 %
C. 10.3.4	8774	ORSE	Casca de pinus, fornecimento e colocação	kg	100	7,39	9,17	917,00	0,18 %
C. 10.3.5	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF 07/2024	m²	100	14,16	17,58	1.758,00	0,35 %
C. 11			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES		1		10.126,78	10.126,78	2,02 %
C. 11.1	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	54	35,44	44,01	2.376,54	0,47 %
C. 11.2	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m²	240,02	26,00	32,29	7.750,24	1,55 %
C. 12			CANTEIRO DE OBRAS		1		28.972,20	28.972,20	5,78 %
C. 12.1	0016	Próprio	BARRACAO PARA ESCRITORIO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	2.077,04	2.579,68	15.478,08	3,09 %
C. 12.2	0018	Próprio	BARRACAO PARA DEPÓSITO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	1.810,81	2.249,02	13.494,12	2,69 %
D.			USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA					399.716,94	
D. 1			SERVIÇOS PRELIMINARES		1		3.318,42	3.318,42	0,66 %
D. 1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 PS	m²	6	445,31	553,07	3.318,42	0,83 %
D. 2			PISOS		1		51.704,24	51.704,24	12,94 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01



Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
D. 2.1	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	m³	2,7	756,70	939,82	2.537,51	0,63 %
D. 2.2	10991	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 46 x 46 cm, pei 5, Incenor, comum branco, anti-derrapante, retificado, ref.62650 ou similar, aplicada c/ argamassa ind. ac-ii, rejunte acrílico, exceto regularização de base/emboço	m²	151,13	70,89	88,04	13.305,48	3,33 %
D. 2.3	92396	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF 10/2022	m²	252	83,43	103,62	26.112,24	6,53 %
D. 2.4	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	13,54	55,97	69,51	941,16	0,24 %
D. 2.5	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF 07/2021	m²	151,13	46,93	58,28	8.807,85	2,20 %
D. 3			PAREDES		1		113.837,09	113.837,09	28,48 %
D. 3.1			PINTURAS		1		29.895,45	29.895,45	7,48 %
D. 3.1.1	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	600,19	18,89	23,46	14.080,45	3,52 %
D. 3.1.2	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	600,19	16,67	20,70	12.423,93	3,11 %
D. 3.1.3	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF 04/2023	m²	600,19	4,55	5,65	3.391,07	0,85 %
D. 3.2			REVESTIMENTOS		1		83.941,64	83.941,64	21,00 %
D. 3.2.1	42	ORSE	Apicoamento total de reboco com ponteiros/talhadeiras	m²	465,7	3,57	4,43	2.063,05	0,52 %
D. 3.2.2	22	ORSE	Demolição de revestimento cerâmico ou azulejo	m²	400	27,25	33,84	13.536,00	3,39 %
D. 3.2.3	11369	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 01	m²	454,5	88,02	109,32	49.685,94	12,43 %
D. 3.2.4	11179	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde claro, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 02	m²	7,1	127,99	158,96	1.128,61	0,28 %
D. 3.2.5	4442	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux amarelo, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 04	m²	7,1	84,40	104,82	744,22	0,19 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
D. 3.2.6	87554	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	m²	465,7	29,02	36,04	16.783,82	4,20 %
D. 4			TETOS		1		34.257,93	34.257,93	8,57 %
D. 4.1	0015	Próprio	REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL COMUM, ITABAIANA OU SIMILAR, COM REPOSIÇÃO DE 50% DO MATERIAL	m²	163	122,44	152,07	24.787,41	6,20 %
D. 4.2	88496	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	148	34,86	43,29	6.406,92	1,60 %
D. 4.3	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	148	16,67	20,70	3.063,60	0,77 %
D. 5			ELÉTRICA		1		25.425,00	25.425,00	6,36 %
D. 5.1	630	ORSE	Revisão de ponto de tomada de força tipo 2	pt	45	229,81	285,42	12.843,90	3,21 %
D. 5.2	626	ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 3, em teto ou parede	pt	45	225,11	279,58	12.581,10	3,15 %
D. 6			HIDRÁULICA		1		44.798,31	44.798,31	11,21 %
D. 6.1	1205	ORSE	Revisão de ponto de água tipo 3	un	30	198,08	246,01	7.380,30	1,85 %
D. 6.2	1682	ORSE	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	un	30	162,72	202,09	6.062,70	1,52 %
D. 6.3	11077	ORSE	Fossa séptica em concreto armado dimensões internas 1,50 x 3,00 x 1,50 m	un	1	19.015,27	23.616,96	23.616,96	5,91 %
D. 6.4	1747	ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 3,00 x1,50 x 1,50 m	un	1	6.230,56	7.738,35	7.738,35	1,94 %
D. 7			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1		4.846,43	4.846,43	1,21 %
D. 7.1	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF 04/2019	m²	300	2,21	2,74	822,00	0,21 %
D. 7.2	3167	ORSE	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m	un	1	2.037,39	2.530,43	2.530,43	0,63 %
D. 7.3	26	ORSE	Coleta e carga manuais de entulho	m³	50	24,06	29,88	1.494,00	0,37 %
D. 8			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS		1		25.889,50	25.889,50	6,48 %
D. 8.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80	135,07	167,75	13.420,00	3,36 %
D. 8.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	190	38,70	48,06	9.131,40	2,28 %
D. 8.3	90767	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	90	29,87	37,09	3.338,10	0,84 %
D. 9			MUROS / GRADES E PORTÕES		1		31.133,72	31.133,72	7,79 %
D. 9.1			MURO DE FECHAMENTO		1		12.288,14	12.288,14	3,07 %
D. 9.1.1	97621	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m³	31	131,81	163,70	5.074,70	1,27 %
D. 9.1.2	4448	ORSE	Fornecimento e assentamento de grampos para muro com argamassa de cimento, cal e areia traço t-5 (1:2:8), inclusive arestamento	m	20	59,36	73,72	1.474,40	0,37 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01

Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
D. 9.1.3	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	330,4	13,99	17,37	5.739,04	1,44 %
D. 9.2			GRADES E PORTÕES		1		18.845,58	18.845,58	4,71 %
D. 9.2.1	13779	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,03m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	15,39	741,59	921,05	14.174,95	3,55 %
D. 9.2.2	13780	ORSE	Cerca/gradil Nylofor h=2,43m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios.	m	3,73	1.008,20	1.252,18	4.670,63	1,17 %
D. 10			ÁREA DE CONVIVÊNCIA		1		28.014,49	28.014,49	7,01 %
D. 10.1			BANCOS / PERGOLADOS / FLOREIRAS		1		13.919,58	13.919,58	3,48 %
D. 10.1.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	13,66	63,47	78,82	1.076,68	0,27 %
D. 10.1.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	20,24	8,58	10,65	215,55	0,05 %
D. 10.1.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	20,24	50,52	62,74	1.269,85	0,32 %
D. 10.1.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	13,66	13,99	17,37	237,27	0,06 %
D. 10.1.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF 09/2023	m²	4,34	49,10	60,98	264,65	0,07 %
D. 10.1.6	11115	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=13 a 16cm	m	20	64,14	79,66	1.593,20	0,40 %
D. 10.1.7	11114	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=7 a 10cm	m	30	43,92	54,54	1.636,20	0,41 %
D. 10.1.8	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,4	2.755,76	3.422,65	1.369,06	0,34 %
D. 10.1.9	3223	ORSE	Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão emurb)	un	4	1.259,49	1.564,28	6.257,12	1,57 %
D. 10.2			FLOREIRAS ISOLADAS		1		7.281,25	7.281,25	1,82 %
D. 10.2.1	151	ORSE	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m²	24,6	63,47	78,82	1.938,97	0,49 %
D. 10.2.2	3310	ORSE	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m²	24,51	8,58	10,65	261,03	0,07 %
D. 10.2.3	12352	ORSE	Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia	m²	24,51	50,52	62,74	1.537,75	0,38 %
D. 10.2.4	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	24,51	13,99	17,37	425,73	0,11 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA
CNPJ: 13.348.479/0001-01



Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE
REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

ORÇAMENTO SINTÉTICO - UNIFICADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
D. 10.2.5	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	12,4	49,10	60,98	756,15	0,19 %
D. 10.2.6	6456	ORSE	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m³	0,69	2.755,76	3.422,65	2.361,62	0,59 %
D. 10.3			PAISAGISMO		1		6.813,66	6.813,66	1,70 %
D. 10.3.1	8815	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira rabo de peixe, h=3m	un	2	1.065,42	1.323,25	2.646,50	0,66 %
D. 10.3.2	7673	ORSE	Planta - Primavera (bougainvillea spectabilis), fornecimento e plantio	un	10	39,70	49,30	493,00	0,12 %
D. 10.3.3	98511	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_07/2024	UN	4	201,12	249,79	999,16	0,25 %
D. 10.3.4	8774	ORSE	Casca de pinus, fornecimento e colocação	kg	100	7,39	9,17	917,00	0,23 %
D. 10.3.5	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	m²	100	14,16	17,58	1.758,00	0,44 %
D. 11			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES		1		7.519,61	7.519,61	1,88 %
D. 11.1	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	151,1	26,00	32,29	4.879,01	1,22 %
D. 11.2	16	ORSE	Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	60	35,44	44,01	2.640,60	0,66 %
D. 12			CANTEIRO DE OBRAS		1		28.972,20	28.972,20	7,25 %
D. 12.1	0016	Próprio	BARRACAO PARA ESCRITORIO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	2.077,04	2.579,68	15.478,08	3,87 %
D. 12.2	0018	Próprio	BARRACAO PARA DEPÓSITO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO	m²	6	1.810,81	2.249,02	13.494,12	3,38 %

Total sem BDI **1.616.222,05**
Total do BDI **391.000,04**
Total Geral **2.007.222,09**

Daniilo Machioni
Engenheiro Civil
CREA: 5062640921

DANILO MACHIONI
Setor de Engenharia

Avenida Claudino Barreto Rios - Centro - Wanderley / BA
(77) 3626-1122 / prefeituramwba@hotmail.com



Obra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

Bancos
SINAPI - 03/2025 - Bahia
ORSE - 02/2025 - Sergipe

B.D.I.
24,2%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 115,57%
Mensalista: 71,29%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS	
A.	PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO	R\$ 595.084,48	45.345,44	47.309,22	57.901,72	72.957,36	65.399,78	61.055,67	36.954,75	40.108,69	40.108,69	48.618,40	39.454,10	39.870,66	
		100,00%	7,62%	7,95%	9,73%	12,26%	10,99%	10,26%	6,21%	6,74%	6,74%	8,17%	6,63%	6,70%	
B.	USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA	R\$ 510.995,21	32.805,89	55.953,98	84.467,51	82.730,12	77.773,47	71.590,43	63.925,50	41.748,31					
		100,00%	6,42%	10,95%	16,53%	16,19%	15,22%	14,01%	12,51%	8,17%					
C.	USF MANOEL DA SILVA GALVÃO	R\$ 501.425,46					29.884,96	63.380,18	78.573,37	93.766,56	82.584,77	67.241,15	50.092,40	35.902,06	
		100,00%					5,96%	12,64%	15,67%	18,70%	16,47%	13,41%	9,99%	7,16%	
D.	USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA	R\$ 399.716,94			24.662,54	39.252,20	40.451,35	64.954,00	85.579,40	64.274,48	45.168,01	35.374,95			
		100,00%			6,17%	9,82%	10,12%	16,25%	21,41%	16,08%	11,30%	8,85%			
Custo Total		R\$ 2.007.222,09													
Porcentagem				3,89%	5,14%	8,32%	9,71%	10,64%	13,00%	13,20%	11,95%	8,36%	7,53%	4,46%	3,78%
Custo				78.151,33	103.263,19	167.031,76	194.939,69	213.509,57	260.980,28	265.033,01	239.898,05	167.861,48	151.234,51	89.546,50	75.772,72
Porcentagem Acumulado				3,89%	9,04%	17,36%	27,07%	37,71%	50,71%	63,91%	75,87%	84,23%	91,76%	96,22%	100,00%
Custo Acumulado				78.151,33	181.414,52	348.446,28	543.385,97	756.895,54	1.017.875,81	1.282.908,83	1.522.806,88	1.690.668,36	1.841.902,86	1.931.449,37	2.007.222,09

Danilo Machioni
Engenheiro Civil
CREA: 5062640921

DANILO MACHIONI
Setor de Engenharia



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20251295942

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

1. Responsável Técnico

DANILO MACHIONI

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2605355209**

Registro: **3000082303BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE WANDERLEY**

AVENIDA CLAUDINO BARRETO RIOS

Complemento:

Cidade: **WANDERLEY**

Bairro: **CENTRO**

UF: **BA**

CPF/CNPJ: **13.348.479/0001-01**

Nº: **80**

CEP: **47940000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 4.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DIVERSAS LOCALIDADES

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **WANDERLEY**

UF: **BA**

CEP: **47940000**

Data de Início: **11/11/2025**

Previsão de término: **11/01/2026**

Coordenadas Geográficas: **-12.119380, -43.888675**

Finalidade: **Saúde**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE WANDERLEY**

CPF/CNPJ: **13.348.479/0001-01**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.2.1 - DE ALVENARIA

4,00

un

35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.2.1 - DE ALVENARIA

4,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA USF MANOEL DA SILVA GALVÃO USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

Daniilo Machioni
 Engenheiro Civil
 CREA: 3062540921

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

DANILO MACHIONI - CPF: 332.476.428-97

Local

data

MUNICÍPIO DE WANDERLEY - CNPJ: 13.348.479/0001-01

9. Informações

A autenticação desta ART pode ser verificada em <https://crea-ba.sitac.com.br/publico/>

* O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **19/11/2025**

Valor pago: **R\$ 103,03**

Nosso Número: **61262579**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 4Z05c
 Impresso em: 19/11/2025 às 13:59:22 por: , ip: 187.1.8.129





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB

Coordenação de Análise e Elaboração de Convênios - Fundo Estadual de Saúde da Bahia - FESBA - SESAB/FESBA/DICONV/CEAC

PLANO DE TRABALHO

CONVÊNIO Nº067/2026.

1 – DADOS CADASTRAIS				
Proponente			CNPJ do Fundo Municipal de Saúde	
Fundo Municipal de Saúde de Wanderley - Bahia			11.331.128/0001-54	
Endereço				
AV Juscelino Kubitschek, S/N				
Cidade	UF	CEP	DDD/telefone	Endereço eletrônico (e-mail)
WANDERLEY	BA	47940-000	77-3626-1122	sms.wanderleyba@gmail.com
Banco Oficial		Agência/Digito	Conta corrente	Praça de Pagamento
Banco do Brasil		1168-1	23.820-1	Wanderley
Nome do responsável – Prefeito Municipal				CPF
Camargo Antônio Pinto Crisóstomo				027.478.195-66
CI/Órgão expedidor/UF	Cargo		Função	
12.601.948-76 SSP/BA	Prefeito Municipal		Chefe do Poder Executivo Municipal	
Endereço				CEP
Rua Tamarindo, 97, Centro, Wanderley - Bahia				
Nome do responsável – Secretária Municipal de Saúde				CPF
Leimone Fernandes Motta				018.833.625-71
CI/Órgão expedidor/UF	Cargo		Função	
931065569 SSP/BA	Secretária Municipal de Saúde		Gestor FMS	
Endereço				CEP
Rua Ormezingo Cordeiro Vasco, nº26 Centro – Wanderley - Bahia				47940-000

2. DADOS CADASTRAIS

Título do projeto	Período de Execução	
Reformas de 04 (quatro) Unidades de Saúde da Família - USF do município de Wanderley/BA.	Início	Término
	Março - 2026	Março - 2027
Identificação do objeto do convênio		
Reformas em 04 (quatro) Unidades de Saúde da Família – USF do município de Wanderley/BA, a saber: PSF Rita Rodrigues de Araújo – SEDE; USF Gabriel Pereira de Oliveira - Olhos D'Água; USF Ernesto José de Oliveira - SEDE ; e USF Manoel da Silva Galvão - Goiabeira, com vistas à adequação dos espaços físicos às normas legais vigentes, assegurando ambientes seguros, funcionais e aptos ao atendimento da população local e referenciada da região circunvizinha, garantindo a prestação de assistência de qualidade e segura.		
Responsável técnico do projeto	CREA Nº	

Danilo Machioni	CREA/SP Nº. 5064620921	
Endereço do responsável técnico	DDD/Telefone	Endereço eletrônico (E-mail)
Praça São José, 200 – Centro – Ipirá - BA	(75) 99128-1460	mach_empresendimentos@hotmail.com

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

As referidas Unidades Básicas de Saúde (UBS Rita Rodrigues de Araújo, Gabriel Pereira de Oliveira, José de Oliveira e Manoel da Silva Galvão) são unidades de saúde da família, entidade pública conveniada ao SUS, se caracteriza como unidade municipal, com atendimento referenciado por área de abrangência com atendimento médico, de enfermagem, odontológico, vacinação de rotina, atendimento gestante, hipertenso, diabetes e afins.

Com base nos fundamentos no art. 171, inciso I, da Lei estadual nº 9.433/2005 e suas alterações posteriores, este projeto básico visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar a garantia da manutenção, inclusive a predial, por meio de Reformas de 04 (quatro) Unidades de Saúde da Família – USF, do município de Wanderley/BA, sendo duas localizadas na sede e duas na zona rural do Município de Wanderley, no Estado da Bahia.

Essas obras serão executadas em conformidade com a metodologia e especificações anexas, em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes. Com a execução dessas obras, vislumbra-se promover um melhor acesso da população às UBS, quando necessário, bem como melhorar as condições de saúde, vida e bem-estar da população de Wanderley, garantido um ambiente adequado de forma a proporcionar condição de trabalho em um espaço adequado e renovado bem como atender melhor aos pacientes com conforto e qualidade. A Secretaria Municipal de Saúde sensível à situação descrita acima, vem buscando minimizar os problemas dentro da esfera de sua competência, intenta com a reforma das UBS do Município de Wanderley, preencher esta lacuna no âmbito da saúde do município.

O serviço aludido decorre da necessidade em realizar a manutenção de todos os seus sistemas de edificações de forma a garantir a segurança das pessoas e do patrimônio, e dar condições de funcionamento ininterrupto às suas atividades assistenciais. E nas unidades básicas de saúde encontra disponível, não só os conhecimentos profissionais de todas as áreas da saúde, mas também os recursos instrumentais e os equipamentos com que a moderna tecnologia médica enriqueceu e evoluiu a assistência ao paciente buscando um diagnóstico mais fidedigno e pautado num serviço de auxílio diagnóstico e tratamento mais eficaz. Como consequência deste volume de conhecimento, a tecnologia médica necessita de um espaço adequado, que possa estar adequado a receber, apoios e dispositivos de acesso, que garanta maior produtividade com menor esforço, sem causar danos à saúde, boa sinalização, seja gráfica, tátil ou sonora, que possibilite maior autonomia aos usuários de espaços coletivos, diminuindo riscos de desorientação.

A edificação das unidades por suas características e seu constante uso, requer inicialmente uma manutenção preventiva que se antecipe aos problemas que possam vir a acontecer, e posteriormente a uma manutenção corretiva, que resolva de forma rápida os problemas ocorridos. Periodicamente, faz-se necessário realizar algumas intervenções de forma regular, a qual chamamos de reformas, que consiste numa intervenção de maior abrangência, e que venha a solucionar todas as pendências a nível estrutural existente na unidade.

Essas reformas buscam ofertar à população um serviço mais seguro no intuito de melhorar o bem-estar de todos, aumentando a eficiência, a produtividade e melhorando a relação entre os sujeitos que participam desse processo. Importante observar que depois de concluído todos as reformas estruturais propostos, a aludida obra, proporcionará uma assistência de saúde para toda a população local de forma segura e adequada, consoante a legislação vigente.

Desta forma a contratação de empresas especializadas na área de obras, bem como profissionais capacitados e equipamentos adequados, é imprescindível para manutenção da estrutura da unidade em condições adequadas e seguras para a prestação de um serviço satisfatório.

Através do memorial descritivo de procedimentos, serão estabelecidas as condições técnicas a serem obedecidas na execução dos serviços, fixando parâmetros para materiais e serviços. Todos os serviços deverão ser executados em consonância com os projetos básicos, ou detalhes a serem elaborados, além de seguir as normas técnicas da ABNT, e as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes e pertinentes.

Importante salientar que os serviços de reformas a serem executados não deverão interferir no funcionamento direto das quatro unidades sendo executado uma por vez segundo o cronograma de execução num prazo máximo de onze meses, ou seja, as unidades continuarão funcionando normalmente na sua integralidade durante a execução dos serviços, sendo apenas remanejado o atendimento a outra naquele período.

As obras de reformas gerais serão executadas numa área total, e consistem nos seguintes serviços: retirada de diversos materiais e equipamentos danificados, substituição e reparos de todas as esquadrias, substituição de piso e revestimentos cerâmicos, substituição de toda rede elétrica, substituição de todo forro e telhado, luminárias e tomadas, implantação de rede de lógica e telefônica, pintura geral, substituição de toda rede hidráulica, substituição de todo passeio em volta da UBS e demais ações conforme projeto., além de diversos outros serviços que serão detalhados e constantes em planilha anexa.

No tocante à Aquilatação de Custo x Benefício do presente convênio, a execução das reformas garantirá a adequação das unidades de saúde às normas vigentes, proporcionando ambientes seguros, funcionais e aptos ao atendimento de qualidade da população local. O investimento em infraestrutura resultará em maior eficiência operacional, redução de riscos sanitários e fortalecimento da Atenção Primária à Saúde. A não execução das obras comprometeria a qualidade da assistência e o acesso da população usuária dessas unidades, justificando o investimento público.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa /fase	Especificação	Indicador físico e financeiro		Valor		Duração	
			Unid.	Quant.	Unitário	Total	Início	Término
1		PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO - SEDE				595.084,48		
1	1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	M2	Diversos	Diversos	3.318,42	1º mês	1º mês
1	1.2	PISOS	M2	Diversos	Diversos	58.784,85	9º mês	12º mês
1	1.3	PAREDES	M2	Diversos	Diversos	140.832,10	1º mês	4º mês
1	1.4	TETOS	M2	Diversos	Diversos	57.297,30	3º mês	4º mês
1	1.5	ELÉTRICA	PT	Diversos	Diversos	28.250,00	10º mês	12º mês
1	1.6	HIDRÁULICA	UM	Diversos	Diversos	47.145,69	3º mês	12º mês

1	1.7	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	M2/UM	Diversos	Diversos	4.846,43	12º mês	12º mês
1	1.8	ADMINISTRATIVO / CANTEIRO	H	Diversos	Diversos	37.506,75	1º mês	12º mês
1	1.9	MUROS / GRADES E PORTÕES	M2	Diversos	Diversos	140.839,54	4º mês	11º mês
1	1.10	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	M2	Diversos	Diversos	28.014,49	10º mês	12º mês
1	1.11	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	M2	Diversos	Diversos	19.276,71	1º mês	2º mês
1	1.12	CANTEIRO DE OBRAS	M2	Diversos	Diversos	28.972,20	1º mês	2º mês
2		USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA				399.716,94		
2	2.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	M2	Diversos	Diversos	3.318,42	1º mês	1º mês
2	2.2	PISOS	M2	Diversos	Diversos	51.704,24	3º mês	8º mês
2	2.3	PAREDES	M2	Diversos	Diversos	113.837,09	2º mês	7º mês
2	2.4	TETOS	M2	Diversos	Diversos	34.257,93	2º mês	5º mês
2	2.5	ELÉTRICA	PT	Diversos	Diversos	25.425,00	5º mês	8º mês
2	2.6	HIDRÁULICA	UM	Diversos	Diversos	44.798,31	4º mês	8º mês
2	2.7	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	M2/UM	Diversos	Diversos	4.846,43	12º mês	12º mês
2	2.8	ADMINISTRATIVO / CANTEIRO	H	Diversos	Diversos	25.889,50	1º mês	8º mês
2	2.9	MUROS / GRADES E PORTÕES	M2	Diversos	Diversos	31.133,72	5º mês	8º mês
2	2.10	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	M2	Diversos	Diversos	28.014,49	3º mês	6º mês
2	2.11	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	M2	Diversos	Diversos	7.519,61	1º mês	2º mês
2	2.12	CANTEIRO DE OBRAS	M2	Diversos	Diversos	28.972,20	1º mês	2º mês
3		USF ERNESTO JOSE DE OLIVEIRA - SEDE				510.995,21		
3	3.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	M2	Diversos	Diversos	3.318,42	1º mês	1º mês
3	3.2	PISOS	M2	Diversos	Diversos	55.984,53	3º mês	7º mês
3	3.3	PAREDES	M2	Diversos	Diversos	115.659,66	1º mês	5º mês
3	3.4	TETOS	M2	Diversos	Diversos	42.813,00	4º mês	8º mês
3	3.5	ELÉTRICA	PT	Diversos	Diversos	28.250,00	5º mês	8º mês
3	3.6	HIDRÁULICA	UM	Diversos	Diversos	45.737,26	5º mês	8º mês
3	3.7	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	M2/UM	Diversos	Diversos	4.846,43	8º mês	8º mês
3	3.8	ADMINISTRATIVO / CANTEIRO	H	Diversos	Diversos	32.499,00	1º mês	8º mês
3	3.9	MUROS / GRADES E PORTÕES	M2	Diversos	Diversos	116.020,87	2º mês	8º mês
3	3.10	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	M2	Diversos	Diversos	28.014,49	2º mês	8º mês
3	3.11	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	M2	Diversos	Diversos	8.879,35	1º mês	2º mês
3	3.12	CANTEIRO DE OBRAS	M2	Diversos	Diversos	28.972,20	1º mês	2º mês
4		USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIBAEIRA				501.425,46		
4	4.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	M2	Diversos	Diversos	3.318,42	1º mês	1º mês
4	4.2	PISOS	M2	Diversos	Diversos	72.552,81	4º mês	7º mês
4	4.3	PAREDES	M2	Diversos	Diversos	143.469,00	2º mês	5º mês
4	4.4	TETOS	M2	Diversos	Diversos	52.095,30	2º mês	6º mês
4	4.5	ELÉTRICA	PT	Diversos	Diversos	28.250,00	5º mês	8º mês
4	4.6	HIDRÁULICA	UM	Diversos	Diversos	44.798,31	5º mês	8º mês
4	4.7	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	M2/UM	Diversos	Diversos	4.846,43	12º mês	12º mês
4	4.8	ADMINISTRATIVO / CANTEIRO	H	Diversos	Diversos	32.945,65	1º mês	8º mês
4	4.9	MUROS / GRADES E PORTÕES	M2	Diversos	Diversos	52.036,07	4º mês	8º mês
4	4.10	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	M2	Diversos	Diversos	28.014,49	2º mês	6º mês
4	4.11	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	M2	Diversos	Diversos	10.126,78	1º mês	1º mês
4	4.12	CANTEIRO DE OBRAS	M2	Diversos	Diversos	28.972,20	1º mês	2º mês
		TOTAL				2.007.222,09		

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

TOTAL GERAL

5.1 – NATUREZA DA DESPESA:			CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	TOTAL:
	ESPECIFICAÇÃO:	CÓDIGO:	R\$	R\$	R\$
CORRENTES	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.90,51	-	-	-
	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.90.51	1.967.077,65	40.144,44	2.007.222,09
	SUBTOTAL CORRENTE		1.967.077,65	40.144,44	2.007.222,09
	TOTAL GERAL:		1.967.077,65	40.144,44	2.007.222,09

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DA META

Nome da proponente	UF
REFORMA DE 04 (QUATRO) UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE WANDERLEY – BAHIA	BAHIA
Meta	
REFORMA DE 04 (QUATRO) UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY - BAHIA	
Descrição detalhada	
A obra de reforma será executada em toda área das unidades obedecendo os serviços detalhados e constantes em planilha anexa.	

SERVIÇO PRELIMINARES PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO padrão municipal 3,00mx2,00m (largura x altura).

PISOS execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado c20, acabamento convencional, não armado. af_08/2022; Revestimento cerâmico para piso ou parede, 46 x 46 cm, pei 5, Incenor, comum branco, anti-derrapante, retificado, ref.62650 ou similar, aplicada c/ argamassa ind. ac-ii, rejunte acrílico, exceto regularização de base/emboço; execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 6 cm. af_10/2022; Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3; contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo mecânico com betoneira 400 l, aplicado em áreas secas sobre laje, aderido, acabamento não reforçado, espessura 3cm. af_07/2021.

PAREDES E PAINÉIS LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO devido as infiltrações as paredes devem ser lavadas para eliminar (sujeira como limo, ciscos, solo e fungos provenientes de armazenagem a céu aberto). REVESTIMENTOS Apicoamento total de reboco com ponteiros/talhadeiras para receber revestimentos Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux verde, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejunte epoxi, exclusive regularização de base ou emboço Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elizabeth, linha lux amarelo, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço.

Os Revestimento cerâmico para parede serão do tipo comercial e serão assentados com argamassa pronta de cimento-cola de acordo com as instruções do fabricante. O rejunte deverá ser feito com argamassa pronta, própria para rejunte, sendo que a junta deverá ter de acordo com as instruções do fabricante. Todos os azulejos deverão ter a mesma procedência, tanto na qualidade quanto na tonalidade da cor e lote

PINTURAS APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS nas paredes internas e externas geral. APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS nas paredes internas e externas geral seguindo a paginação de cores municipais. PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS esquadrias de madeira seguindo a paginação de cores municipais. PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS) esquadrias metálicas seguindo a paginação de cores municipais. Deverão ser pintadas todas as paredes externas e internas com tinta acrílica na cor indicada pela fiscalização, com no mínimo 02 demãos e líquido preparador de paredes ou selador na parte antiga do prédio, juntamente com as platibandas e portas tudo internamente e externamente. Primeiramente deve-se proceder a lixação, paredes e aberturas levemente e com lixa fina para eliminar o excesso de pó do fundo, que adere a superfície, e a aspereza, e após a lixação eliminar o pó com pano embebido em aguarrás nas estruturas metálicas. Todas as superfícies internas e externas receberão uma demão de preparo, e logo após poderá receber a pintura acrílica, em duas demãos. Lembramos que os locais de paredes existentes deverão ser feita uma lavagem com máquina lava a jato para que se possa proceder logo após com a pintura em todas as paredes limpas, secas sem nenhuma sujeira como limo, ciscos, solo e fungos provenientes de armazenagem a céu aberto. Todas as superfícies das vigas e pilares da rampa deverão ser pintadas com no mínimo 02 demãos. Todas as superfícies a pintar deverão estar firmes, secas, limpas, sem poeira, gordura, sabão ou mofo, ferrugem, retocadas se necessário, e convenientemente preparadas para receber o tipo de pintura a elas destinado. A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente. A pintura será executada de cima para baixo e deverá ser evitados escorrimientos ou salpicos, que caso não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se o removedor adequado.

Deverão ser adotadas precauções especiais no sentido de evitar salpicaduras de tinta em superfície não destinada à pintura (revestimentos cerâmicos, vidros, pisos, ferragens, etc.). Nas esquadrias em geral deverão ser protegidos com papel colante os vidros, espelhos, fechos, rosetas, puxadores, superfícies adjacentes com outro tipo de pintura, etc., antes do início dos serviços de pintura. Na aplicação da pintura, todas as superfícies adjacentes deverão ser protegidas e empapeladas, para evitar respingos. Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, convindo observar um intervalo mínimo de 24 horas entre 02 demãos sucessivas, ou conforme recomendações do fabricante para cada tipo de tinta. Igual cuidado haverá entre uma demão de tinta e a massa, convindo observar um intervalo de 24 horas após cada demão de massa, ou de acordo com recomendações do fabricante. Toda a superfície pintada deverá apresentar, depois de pronta uniformidade quanto à cor, textura, tonalidade e brilho (fosco, semi-fosco, e brilhante). No emprego de tintas já preparadas serão obedecidas as instruções dos fabricantes, sendo vedada a adição de qualquer produto estranho às especificações das mesmas e às recomendações dos fabricantes. Os solventes à serem utilizados deverão ser os mesmos específicos recomendados pelas fabricantes das tintas utilizadas.

COBERTURAS Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo canal comum, Itabaiana ou similar, com reposição de 20% do material. Deverá ser revisada toda a estrutura e madeiramento e também ser revisada todas as telha e cumeeira deslocadas e ou quebradas existentes garantido a estanqueidade à água de chuvas.

PISOS EXTERNOS Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto. Passeios externos danificados. PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESURA 5CM. Novos passeios externos. EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM. Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. ã INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS Revisão de ponto de água tipo 3 Revisão de ponto de esgoto tipo 3 Todos os serviços pertinentes à parte hidráulica deverão estar de acordo com a NBR 5626/98. Os serviços necessários para a adaptação dos banheiros existentes, para atender a funcionalidade da edificação. ã INSTALAÇÕES ELÉTRICAS Revisão de ponto de tomada de força tipo 2 Revisão de ponto de luz tipo 3, em teto ou parede Todos os serviços pertinentes as instalações elétricas deverão estar de acordo com as NBR's, Normas da concessionária e demais normas relacionadas. Os eletrodutos serão de PVC rosqueável, com superfícies interna e externas perfeitamente lisas e cobertas por uma camada uniforme aderente, atendendo aos padrões normatizados pela ABNT. As emendas dos eletrodutos deverão ser efetuadas por meio de luvas. Os eletrodutos serão introduzidos nas luvas até se tocarem para assegurar a continuidade da superfície interna da canalização. Os eletrodutos deverão ser cortados perpendicularmente ao seu eixo longitudinal, retirando-se cuidadosamente todas as rebarbas, evitando-se assim qualquer possibilidade de danos ao isolamento dos condutores. O dobramento de eletrodutos deverá ser feito de forma a não reduzir o diâmetro interno do tubo, ou de preferência com conexões de raio longo.

As curvas deverão ter um raio mínimo de 06 (seis) vezes o diâmetro do eletroduto. Os eletrodutos paralelos deverão ser dobrados de maneira que formem arcos de círculos concêntricos. Todas as roscas deverão ser conforme as normas da ABNT já citadas e ou sucessoras. Os eletrodutos deverão ser cortados perpendicularmente ao eixo. Durante a construção e montagem, todas as extremidades dos eletrodutos, caixas de passagem, condutores, etc. deverão ser vedados com tampões e tampas adequadas. Estas proteções não deverão ser removidas antes da colocação da fiação. Os eletrodutos deverão ser unidos por meio de luvas. Os eletrodutos serão instalados de modo a constituir uma rede contínua de caixa a caixa, na qual os condutores possam, a qualquer tempo, serem passados ou removidos, sem prejuízo para seu isolamento e sem ser preciso interferir na tubulação. Deverão ser seguidas todas as recomendações e cuidados necessários à montagem de tubulações descritas nos manuais de instalação dos fabricantes e normas da ABNT. Do medidor, os cabos seguirão até o quadro de distribuição do prédio existente através de rede aérea. Os cabos não poderão conter emendas e qualquer forma de interrupção. O quadro de distribuição terá um disjuntor termomagnético para proteção geral e um dispositivo DR (Disjuntor Residual). Quanto ao tipo da iluminação, deverá ser respeitado o tipo de iluminação e potência prescritos em planilha. O dimensionamento da potência necessária em cada ambiente foi determinado pelo cálculo de luminotécnica, baseando-se na área do ambiente. As luminárias serão do modelo indicado pela Prefeitura Municipal. Em todas as dependências da edificação foram previstas tomadas de corrente para uso geral, assim como foram previstas tomadas de uso específico, como chuveiros, etc. As tomadas baixas deverão estar a 0,30 m do piso, as de altura média a 1,30 m e as tomadas altas a 2,00 m do piso, lembrando que a referência é o piso acabado. A quantidade foi determinada pelo perímetro e necessidade. As tomadas deverão ser do tipo 02 pinos mais terra (2P+T). O

aterramento será construído de uma haste Cooperweld de aço banhado em cobre 5/8". A conexão do cabo de cobre nu com as hastes deverá ser feita com conectores apropriados. Os quadros de medição e distribuição (este quando metálicos) deverão estar aterrados
As cores dos cabos devem ser, azul-claro para o Neutro, verde e amarelo para o condutor Terra, e as Fases podem ser de quaisquer outras cores, porém diferentes das cores aqui já citadas e também devem ser diferenciadas entre as Fases. A obra deverá ser entregue com a vistoria e ligação definitiva por parte da concessionária local de energia elétrica. Todas as tratativas e encargos para as ligações com as concessionárias ficarão por conta do município. Deverão ser substituídos interruptores, fiação, lâmpadas, luminárias e tomadas que estão danificadas em toda a edificação. Deverão ser instalados tudo conforme existente e a alimentação dos mesmos serão feita através da rede existente da edificação.

ELÉTRICA Revisão de ponto de tomada de força tipo 2; Revisão de ponto de luz tipo 3, em teto ou parede.

HIDRÁULICA Revisão de ponto de água tipo 3; Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01; Box para banheiro em vidro temperado 8 mm, liso, incolor, de correr, em alumínio branco, inclusive ferragens - fornecimento e instalação - Rev.02_10/2021; Fossa séptica em concreto armado dimensões internas 1,50 x 3,00 x 1,50 m; Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 3,00 x 1,50 x 1,50 m.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019; Placa de inauguração de obra em alumínio 0,60 x 0,80 m; Coleta e carga manuais de entulho.

ADMINISTRATIVO / CANTEIRO engenheiro civil pleno com encargos complementares encarregado geral com encargos complementares apontador ou apropriador com encargos complementares execução de escritório em canteiro de obra em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. execução de almoxarifado em canteiro de obra em chapa de madeira compensada, incluso prateleiras.

MUROS / GRADES E PORTÕES muro de fechamento escavação manual para viga baldrame ou sapata corrida (incluindo escavação para colocação de fôrmas). af_01/2024; reaterro manual de valas, com compactador de solos de percussão. af_08/2023; concreto armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para uso geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos); alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. af_12/2021; chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) – revisado 08/2015; reboco externo, de parede, com argamassa traço 1:4 (cal / areia), espessura 2,5c; aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos. af_06/2014;

GRADES E PORTÕES Cerca/gradil Nylofor h=2,03m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios; Cerca/gradil Nylofor h=2,43m, malha 5x20cm - fio 5 mm, revestidos em poliester por processo de pintura eletrostática nas cores verde ou branca. Fornecimento e instalação. Inclusive poste e acessórios;

ÁREA DE CONVIVÊNCIA

BANCOS / PERGOLADOS / FLOREIRAS Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09; Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015; Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia; PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023; IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023; Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=13 a 16cm; Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=7 a 10cm; Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos); Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão emurb); Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09; Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015; Emboço ou reboco especial de parede, espessura 3cm, com argamassa 1:4 cal e areia; APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014; IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023; Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos); Fornecimento e plantio de palmeira rabo de peixe, h=3m; Planta - Primavera (bougainvillea spectabilis), fornecimento e plantio; PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024; Casca de pinus, fornecimento e colocação; PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024.

DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023; demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - rev 01.

CANTEIRO DE OBRAS BARRACAO PARA ESCRITORIO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO; BARRACAO PARA DEPÓSITO DE OBRAS EM CHAPAS DE COMPENSADO.

7– CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)			
2026			
MÊS	METAS	CONCEDENTE	PROPONENTE
Março	1,2,3,4	R\$ 655.692,55	R\$ 13.381,48
Julho	1,2,3,4	R\$ 655.692,55	R\$ 13.381,48
Novembro	1,2,3,4	R\$ 655.692,55	R\$ 13.381,48

8 – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE:

Na qualidade de Representante Legal do Proponente, declaro para os devidos fins, de prova junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora, ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional/Estadual, ou qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal/Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Wanderley/BA, Março de 2026.

CAMARGO ANTÔNIO PINTO CRISÓSTOMO
Prefeito Municipal

LEIMONE FERNANDES MOTTA
Secretária de Saúde do Município de Wanderley

8.1 - APROVAÇÃO PELO ESTADO / CONCEDENTE

Aprovado,

Salvador, 27 de Março de 2026.

Roberta Silva de Carvalho Santana
Secretária da Saúde do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Camargo Antônio Pinto Crisóstomo, Usuário Externo**, em 27/03/2026, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leimone Fernandes Motta, Usuário Externo**, em 27/03/2026, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana, Secretário(a) Estadual de Saúde**, em 27/03/2026, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00131964789** e o código CRC **E197A228**.



TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº. 067 /2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FESBA E O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE – FES-BA**, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, n.º 400, Plataforma 06, Lado B, Centro Administrativo da Bahia – CAB, CEP n.º 41.745-002, Salvador, Bahia, CNPJ/MF sob o n.º 05.816.630/0001-52, doravante denominado de **ESTADO**, representado neste ato, pela sua titular a **Secretária**, Sra. **ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA**, portadora de Identidade Civil n.º. 07.257.737-15, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob n.º 927.333.525-04, devidamente autorizada por Ato de Delegação com efeito a partir de 03 de janeiro de 2023, e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no dia 04 de janeiro de 2023, e o **MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede à Avenida da Juscelino Kubistchek, n.º 80, Centro - CEP n.º. 47.940-000, Wanderley Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob n.º. 11.331.128/0001-54, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo **Sr. CAMARGO ANTÔNIO PINTO CRISOSTOMO**, Prefeito Municipal, portador de Identidade Civil n.º. 12.601.948-76, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob n.º. 027.478.195-66, e pela **Sra. LEIMONE FERNANDES MOTTA**, Secretária Municipal de Saúde, portadora de Identidade Civil n.º.9310655693, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob n.º. 018.833.625-71, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, decorrente do Processo Administrativo nº019.5120.2021.0156918-49, que se regerá pela Lei Estadual nº 14.634/2023, pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Convênio tem por objeto a cooperação técnica e financeira entre o **ESTADO** e o **MUNICÍPIO** visando à execução do projeto de **Reforma de 04 (quatro) Unidades Básicas de Saúde**, em conformidade com as condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.

1.2 As obras e serviços de reforma serão executadas nas seguintes **Unidade Básica de Saúde**:

- a) UBS Ernesto José de Oliveira;
- b) UBS Gabriel Pereira de Oliveira;
- c) UBS Manoel da Silva Galvão;
- d) UBS Rita Rodrigues de Araújo.

1.3 Integram o presente convênio, independentemente de transcrição:

- a) o Plano de Trabalho;
- b) o Projeto Básico ou Termo de Referência;
- c) demais documentos técnicos que instruem o processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do convênio é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante solicitação fundamentada do **MUNICÍPIO**, desde que formalizado por Termo Aditivo e acompanhado de novo Plano de Trabalho e respectivo cronograma de execução.

2.2 Na hipótese de ocorrer impedimento, suspensão ou atraso no repasse dos recursos por parte do **ESTADO**, em razão do cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, a vigência do Convênio será automaticamente prorrogada por período equivalente ao do atraso, devendo tal prorrogação ser formalmente registrada por meio de apostila, nos termos do § 2º do art. 42 da Lei Estadual nº 14.634/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros para a execução deste Convênio perfazem o valor total de **R\$ 2.007.222,09** (dois milhões, sete mil, duzentos e vinte e dois reais e nove centavos), sendo **R\$ 1.967.077,65** (um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) custeados pelo **ESTADO** e **R\$ 40.144,44** (quarenta mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) pelo **MUNICÍPIO**, a título de contrapartida, a serem utilizados em estrita conformidade com o Plano de Trabalho.

3.1.1 - Os recursos custeados pelo **ESTADO** serão repassados através da seguinte dotação orçamentária:

	UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO ATIVIDADE	PRODUTO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)
CÓDIGO	3.19.601	130 / 300/ 100	10.302.435.3350	1488	44.41,42	1.967.077,65 (um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)
DENOMINAÇÃO	Fundo Estadual de Saúde FES-BA		Apoio Financeiro a Municípios na Recuperação de unidade de Saúde	Recuperação de Unidade de Saúde Apoiada	Auxílios	

3.1.2 - Os recursos custeados pelo **MUNICÍPIO**, relativos à sua contrapartida financeira, serão repassados, através da seguinte dotação orçamentária:

	UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO ATIVIDADE	PRODUTO	ELEMENTO DE DESPESA	
CÓDIGO	02.06.010	1.500.1002	10.301.002.1.019	-	44.90.51	

DENOMINAÇÃO	Fundo Municipal de Saúde		Construção, reforma e ampliação de postos de Saúde		Obras e Instalações	40.144,44 (quarenta mil, cento e quarenta e quatro reais e quatro centavos)
--------------------	--------------------------	--	--	--	---------------------	--

3.2 Os recursos referidos nesta cláusula destinam-se exclusivamente à execução do objeto definido na Cláusula Primeira, sendo vedada sua utilização, ainda que de forma temporária, em outras despesas ou atividades que não estejam estritamente vinculadas ao perfeito atendimento do objeto deste Convênio.

3.3 O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo cumprimento dos objetivos, metas e cronograma de execução estabelecidos no Plano de Trabalho, conforme projeto aprovado pelo **ESTADO**, cabendo-lhe o gerenciamento integral dos recursos financeiros, os quais estão indissociavelmente vinculados ao objeto deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO

4.1 Compete ao **MUNICÍPIO** integralizar a parcela da contrapartida financeira, de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito na conta bancária específica do convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do **MUNICÍPIO**.

4.2 O **MUNICÍPIO** alocará para a execução do objeto do presente Convênio, a título de CONTRAPARTIDA, a importância de **R\$ 40.144,44** (quarenta mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), devendo a prestação de contas ser apresentada concomitante ao repasse do **ESTADO**.

4.3 A primeira parcela, no valor de **R\$ 13.381,48** (treze mil trezentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), deverá ser desembolsada em até 15 dias após a publicação do extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

4.4 A segunda parcela no valor de **R\$ 13.381,48** (treze mil trezentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), deverá ser desembolsada conforme previsto no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

4.5 A terceira parcela no valor de **R\$ 13.381,48** (treze mil trezentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), deverá ser desembolsada conforme previsto no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos não poderão ser computadas como contrapartida.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO

5.1 A liberação dos recursos financeiros a cargo do **ESTADO**, previstos na Cláusula Terceira, dar-se-á em 04 (quatro) parcelas, que serão repassadas pelo Fundo Estadual de Saúde – FES-BA, CNPJ nº. 05.816.630/0001-52, ao **MUNICÍPIO**, para crédito do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.480.871/0001-76, em conta específica para este convênio, de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

5.2 É vedada a realização de qualquer atividade prevista no Plano de Trabalho antes do início do repasse de recursos financeiros, exceto os procedimentos licitatórios, que devem ser iniciados após a publicação deste Termo.

5.3 A primeira parcela, no valor de **R\$ 655.692,55** (seiscentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), será liberada em até 15 dias após a publicação do extrato do convênio no Diário Oficial do Estado.

5.4 A segunda parcela, no valor de **R\$ 655.692,55** (seiscentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), será liberada de acordo com o cronograma de desembolso, desde que cumpridas todas as atividades previstas no plano de trabalho para a fase e/ou etapa correspondente à primeira parcela, conforme atestado pelo **ESTADO**, e apresentada a respectiva prestação de contas.

5.5 A terceira parcela, no valor de **R\$ 655.692,55** (seiscentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), será liberada de acordo com o cronograma de desembolso, desde que cumpridas todas as atividades previstas no plano de trabalho para a fase e/ou etapa correspondente à segunda parcela, conforme atestado pelo **ESTADO**, e apresentada a respectiva prestação de contas.

5.6 Sendo a liberação de recursos em três parcelas ou mais, a liberação da terceira parcela ficará condicionada a aprovação da prestação de contas da primeira, a liberação da quarta parcela ficará condicionada a aprovação da prestação de contas da segunda, e assim sucessivamente.

5.7 O **MUNICÍPIO** movimentará os recursos previstos nesta cláusula em conta bancária específica, vinculada ao convênio, assim discriminada: 01 - Banco do Brasil, Agência 1168-1, Conta corrente n.º 23.820-1.

5.8 Os saldos do convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos for em prazos menores que 30 (trinta) dias.

5.9 As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar de um demonstrativo específico que integrará as prestações de contas apresentadas pelo **MUNICÍPIO**.

5.10 O repasse dos recursos previstos nesta cláusula ficará automaticamente suspenso e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste convênio, especificamente quando:

a) não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo **ESTADO** ou pelos órgãos competentes do controle interno da administração;

b) verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e/ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do **MUNICÍPIO** relativamente a outras cláusulas do convênio;

c) o **MUNICÍPIO** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo **ESTADO** ou pelos órgãos competentes do controle interno da administração.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO DA DESPESA

6.1 O presente convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

6.2 É vedado ao **MUNICÍPIO**, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento; **II** - realizar despesas em data anterior à vigência do convênio;

III – realizar licitação em desacordo com o estabelecido no projeto básico ou termo de referência;

IV – realizar o aproveitamento de licitação que utilize projeto de engenharia diferente daquele previamente aprovado;

V - iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas relativas aos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, projetos básicos e executivos, além daquelas necessárias ao licenciamento ambiental;

VI - alterar o objeto do convênio, reformular os projetos básicos ou termos de referência, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pelo **ESTADO**;

VII - efetuar pagamento em data posterior à vigência do convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

VIII - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, a qualquer título e sob qualquer forma, diretamente ou através de terceiros;

IX - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou outras formas de remuneração do partícipe;

X - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;

XI - transferir recursos liberados pelo **ESTADO**, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XII - trespassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do convênio, nos termos do inciso IX, do art. 43 da Lei estadual 14.634/2023;

XIII - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do **MUNICÍPIO** e autorização do **ESTADO**;

XIV - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **ESTADO** e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO

7.1 O **MUNICÍPIO** deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos do **ESTADO** vinculados à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 2021, Lei estadual nº 14.634/2023 e das demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria.

7.2 Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo **MUNICÍPIO** após a assinatura do presente convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

8.1 Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste convênio, os **PARTÍCIPES** se comprometem a:

8.1.1 - ESTADO / SESAB

a) transferir ao **MUNICÍPIO** os recursos financeiros previstos para a execução deste convênio, de acordo com o cronograma de desembolso;

b) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;

c) comunicar quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional ao **MUNICÍPIO** para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

d) verificar a realização do processo licitatório ou de contratação direta;

e) verificar a existência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;

f) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do convênio e do seu plano de trabalho, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto;

g) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

h) garantir disponibilidade de equipe técnica para que seja realizado, de forma regular, o acompanhamento das obras e serviços de engenharia, inclusive com visitas de campo preliminar;

i) dispor de estrutura física e equipe técnica adequadas para analisar as peças técnicas e documentais, acompanhar a execução física do objeto pactuado, e realizar a conformidade financeira e a análise da prestação de contas final;

j) divulgar atos normativos e orientar o **MUNICÍPIO** quanto à correta execução dos projetos e atividades;

k) instaurar eventual Tomada de Contas e processo de Reparação de Danos, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;

l) analisar a prestação de contas final dos instrumentos com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;

m) notificar o **MUNICÍPIO** quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos; e

n) exigir que o **MUNICÍPIO** disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

o) registrar o **MUNICÍPIO** em cadastros de inadimplência;

p) apresentar, ao final de cada etapa e/ou fase prevista no plano de trabalho, laudo acerca do estágio de sua execução, atestando, em sendo o caso, o seu cumprimento, para liberação das parcelas correspondentes às etapas e/ou fases de execução seguintes;

q) providenciar o registro contábil adequado e manter atualizado controle sobre os recursos liberados e sobre as prestações de contas liberadas.

8.1.2 - MUNICÍPIO:

a) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, utilizando cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, com identificação do destinatário e nomes dos credores, quando aplicável, somente se admitindo saques em espécie quando, excepcionada e justificadamente, restar inviável a utilização dos meios indicados;

b) aplicar os recursos financeiros de que trata este convênio em conformidade com o plano de trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

c) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do plano de trabalho;

d) aplicar os recursos financeiros recebidos e da contrapartida, bem como os rendimentos auferidos, fruto de sua aplicação financeira, exclusivamente, na consecução do objeto deste convênio, não sendo permitido o seu uso para qualquer outro fim;

e) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no instrumento, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

f) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

g) apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;

h) submeter previamente ao **ESTADO** qualquer proposta de alteração do plano de trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

i) realizar as atividades constantes no plano de trabalho com o acompanhamento do responsável técnico indicado;

j) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente;

k) prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

l) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento;

m) apresentar relatório de execução físico-financeiro, informando o percentual realizado do objeto e a sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos em atendimento dos fins propostos neste convênio;

n) assumir por sua conta e risco as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos;

o) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade os encargos tributários, trabalhistas e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste convênio, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com o **ESTADO**;

p) as receitas financeiras resultantes da aplicação no mercado financeiro dos recursos recebidos deverão ser utilizadas no objeto do convênio, estando sujeito às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos recebidos;

q) restituir ao **ESTADO** os valores transferidos, acrescido de atualização monetária, quando não for executado o objeto, quando não for apresentada devidamente a prestação de contas, ou quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela prevista no instrumento;

r) restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, conforme o caso, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento;

s) indicar profissional no âmbito do **MUNICÍPIO**, responsável pelo desenvolvimento do objeto, articulando com o **ESTADO**, para dirimir dúvidas, ajustes e aspectos relativos a desenvolvimento dos trabalhos;

t) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

u) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do **ESTADO**, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto

deste convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

v) permitir o livre acesso de servidores do **ESTADO** e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

w) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento, utilizando documentação idônea para comprovar os gastos respectivos;

x) responder por todo e qualquer acontecimento que ocorra por força deste convênio, fazendo-se única detentora da gestão e dos deveres que tenham a ver com o mesmo;

y) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

z) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **ESTADO** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste convênio, fazendo constar na divulgação através de quaisquer meios de comunicação, inclusive impressos, cartazes, painéis, faixas, etc. a seguinte expressão: “Esta obra conta com o apoio do **ESTADO DA BAHIA**, através da **SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB**”;

aa) fornecer ao **ESTADO**, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

bb) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao **ESTADO**.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

9.1 O **ESTADO** exercerá as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste convênio, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio.

9.2 Fica assegurado ao **ESTADO** o livre acesso de seus técnicos credenciados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este convênio, quando em missão fiscalizadora e ou de auditoria.

9.3 O acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste convênio a cargo do **ESTADO** será executada:

9.3.1 O acompanhamento e monitoramento do **ESTADO** será executado pela **DIRETORIA DE CONVÊNIOS DO FESBA - DICONV/FESBA/COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO**, através da Sra. **TAÍS ALICE MENDES BITENCOURT**, Cadastro: 19.597.098-2 e Sra. **CRISTINA MARIA JESUS DOS ANJOS CELES**, cadastro: 19.244973-8, será realizado o acompanhamento e monitoramento das informações encaminhadas pelo responsável da fiscalização e avaliação da execução deste Convênio, e posteriormente encaminhando notificação ao município se necessário, inerente a execução plena do objeto pactuado.

9.3.2 À Avaliação da execução do objeto deste convênio a cargo do **ESTADO** será executado pelo gestor do **GABINETE DO SECRETÁRIO – GASEC / COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE INFRAESTRUTURA DA REDE FÍSICA - CEIRF** - através do Sr. **MURILO SPÍNOLA CONCHA BAHIENSE** - Coordenador de Obras - cadastro: 920.903-08, o qual designará engenheiros para realização das vistorias correspondente a este objeto.

9.4 Em caso de afastamento, impedimento ou desligamento do servidor indicado dos quadros do **ESTADO**, deverá ser imediatamente designado substituto mediante registro em apostila.

9.5 O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo **ESTADO** não excluem e nem reduzem as responsabilidades do **MUNICÍPIO** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste convênio.

9.6 O **ESTADO** deverá realizar o acompanhamento e a conformidade financeira, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO**;

III - o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado; e

IV - as liberações de recursos do **ESTADO** e os aportes de contrapartida do **MUNICÍPIO**, conforme cronograma pactuado.

9.7 O **ESTADO** deverá realizar visita de campo preliminar e vistoria final in loco e, adicionalmente, vistorias intermediárias in loco.

9.8 Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do **ESTADO** e dos órgãos de controle interno e externo.

9.9 Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do **ESTADO** e dos órgãos de controle interno e externo, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

9.10 Quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional verificados pelo **ESTADO** deverão ser informadas ao **MUNICÍPIO** para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos.

9.11 A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do **MUNICÍPIO** devolvê-los devidamente atualizados.

9.12 O **MUNICÍPIO** responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 O **MUNICÍPIO** deverá encaminhar a prestação de contas dos recursos recebidos, bem como, da sua contrapartida.

10.2 A prestação de contas parcial será exigida quando a liberação de recursos ocorrer em 02 (duas) ou mais parcelas, como condicionante à liberação das parcelas seguintes, e conterá os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento;
- b) cópia do convênio e, se for o caso, dos Termos Aditivos, bem como da respectiva publicação no Diário Oficial do Estado;
- c) cópia do plano de trabalho devidamente aprovado;
- d) relatório de execução físico-financeira;
- e) relação dos pagamentos efetuados em razão do convênio e respectivos comprovantes;
- f) demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, assinado por profissional responsável pela contabilidade, com indicação do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- g) conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica, cópia dos documentos comprobatórios dos processos de licitação relativos ao período do recebimento e aplicação da parcela objeto da prestação de contas parcial, até o último pagamento;
- h) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do convênio;
- i) comprovante de depósito de contrapartida financeira;
- j) demonstrativos de rendimentos da aplicação financeira;
- k) cópia do processo licitatório ou de contratação direta;
- l) relatório fotográfico da fiscalização da execução física da obra, reforma, ampliação ou construção;
- m) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;
- n) folha de pagamento de empregados que trabalharam na obra, quando couber;
- o) cópia das guias de recolhimento ou pagamento dos tributos relativos a folha de pessoal/ encargos sociais – INSS, FGTS, IRRF, contribuição sindical, entre outros, quando couber;
- p) Laudo Técnico Parcial.

10.3 A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de **60 (sessenta) dias** contados do término da vigência do Convênio e será composta, além dos documentos constantes no item 10.2 desta cláusula e das informações registradas pelo **MUNICÍPIO** nas prestações de contas parciais, pelo seguinte:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto, devendo conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto a efetiva conclusão do objeto pactuado;
- b) Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- d) Laudo Técnico Final;
- e) Termo de Entrega/ Aceitação Definitiva da Obra;
- f) Cópia das Plantas e Memorial Descritivo da Obra;
- g) Termo de compromisso por meio do qual o **MUNICÍPIO** será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da legislação vigente.

10.4 Na prestação de contas final será dispensada a apresentação, relativamente aos documentos mencionados nas alíneas de “e” a “h” do item 10.2, daqueles já apresentados nas prestações de contas parciais.

10.5 O relatório de execução físico-financeira, referido na alínea “d” do item 10.2 deverá informar o percentual da realização do objeto do convênio e sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos.

10.6 O relatório de execução físico-financeiro deverá informar se o seu recebimento é provisório ou definitivo e apresentar certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, bem como, documento hábil expedido pelo órgão competente do Poder Público Municipal que liberou a obra para utilização, nos fins autorizados, quando cabível.

10.7 Transcorrido o período previsto no cronograma de execução para cumprimento das etapas e/ou fases de execução correspondente ao montante dos recursos já recebidos sem que tenha sido apresentada a prestação de contas respectiva, o **MUNICÍPIO** será registrado, em cadastros de inadimplência, como inadimplente.

10.8 A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, bem assim à certificação do cumprimento das etapas e/ou fases de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado pelo servidor responsável do acompanhamento e monitoramento do convênio.

10.9 A prestação de contas não exime o **MUNICÍPIO** de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos termos da legislação específica vigente.

10.10 Cabe ao representante legal, ao prefeito ou sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste instrumento.

10.11 Na impossibilidade de atender ao disposto no item 10.10, desta cláusula, deverá ser apresentado ao **ESTADO**, justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

10.12 Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará ao **ESTADO** a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

11.1 Este convênio poderá ser alterado mediante proposta de qualquer das partes.

11.2 A alteração do convênio dependerá de revisão do plano de trabalho e de expressa e motivada autorização da autoridade competente, comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores com a devida prestação de contas, sendo vedada a modificação do objeto original.

11.3 A alteração do convênio e a prorrogação do prazo de vigência serão formalizadas por termo aditivo desde que solicitada e devidamente justificada dentro do prazo da sua vigência e em conformidade com a legislação em vigor.

11.4 Em caso de impedimento, suspensão ou atraso no repasse dos recursos, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, (§2º do art. 45 da Lei estadual nº 14.634/2023).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

12.1 O presente convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos nos prazos estabelecidos no instrumento.

12.2 Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o **MUNICÍPIO** deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

12.3 A rescisão do convênio decorrente de dano ao erário provocado por ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com a legislação específica, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

12.4 O **ESTADO** publicará no Diário Oficial do Estado a denúncia, rescisão ou extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PESSOAL

13.1 O **MUNICÍPIO** responsabiliza-se por todo o pessoal utilizado na execução do objeto deste Convênio, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com o **ESTADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - BENS ADQUIRIDOS

14.1 Os bens adquiridos, produzidos ou transformados, no âmbito deste convênio, não poderão ser alienados, locados, emprestados ou oferecidos como garantia, ou cedidos a terceiros sem prévia e expressa autorização do **ESTADO**.

14.2 Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas neste convênio, o **MUNICÍPIO** deverá apresentar relatórios semestrais acerca da utilização dos bens, seu local de instalação e estado de funcionamento durante todo o prazo do convênio.

14.3 O **ESTADO**, por meio do servidor responsável pela fiscalização do convênio, emitirá pareceres acerca dos relatórios previstos no item 14.2 desta cláusula e, constatando o seu mau uso ou desvio de finalidade, estes serão revertidos ao patrimônio do **ESTADO**, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa da entidade e de seus dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DIVULGAÇÃO

15.1 Em todas as ações de Marketing Institucional ou Promocional relacionadas com o objeto do presente convênio será obrigatoriamente destacada a participação do **ESTADO** através da **Secretaria da Saúde do Estado da Bahia -SESAB**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pelo **ESTADO** no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

17.1 Fica pactuado que os atos de comunicação processual com o **MUNICÍPIO** poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

17.1.1 O **MUNICÍPIO** deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação, intimações relativas a atos processuais, bem como para o envio da prestação de contas referente ao convênio, nos termos do Decreto Estadual nº 17.983, de 24 de outubro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo **ESTADO**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 14.634, de 2023, e demais normas aplicáveis.

18.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste convênio, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos resolução de controvérsias de que trata a Lei nº 14.133, de 2021.

Camargo Antônio Pinto Crisóstomo

Prefeito Municipal de Wanderley

Leimone Fernandes Motta

Secretária Municipal de Saúde

Roberta Silva de Carvalho Santana

Secretária da Saúde do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Camargo Antônio Pinto Crisóstomo**, **Usuário Externo**, em 27/03/2026, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leimone Fernandes Motta**, **Usuário Externo**, em 27/03/2026, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana**, **Secretário(a) Estadual de Saúde**, em 27/03/2026, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00131428372** e o código CRC **B9434E54**.

Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia

Resumo do Termo de Convênio n.º 067/2026. Convenientes: O Estado da Bahia, por intermédio da SESAB - CNPJ/MF n.º 05.816.630/0001-52 e o Fundo Municipal de saúde de Wanderley, CNPJ/MF n.º 11.331.128/0001-54. Objeto: Reformas de 04 (quatro) Unidades de Saúde da Família - USF do município de Wanderley/BA. Valor total: R\$2.007.222,09, sendo R\$1.967.077,65 custeados pelo CONCEDENTE e R\$40.144,44 a título de contrapartida por parte do CONVENIENTE. Vigência: 12 meses. Assina: em 27 de Março de 2026, Dra. Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária da Saúde, CPF/MF n.º 927.333.525-04. Sr. Camargo Antônio Pinto Crisóstomo - Prefeito Municipal, CPF/MF n.º 027.478.195-66. Sr. Leimone Fernandes Motta - Secretário Municipal de Saúde, CPF/MF n.º 018.833.625-71.

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

(Processo Administrativo nº 176.)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A _____, POR
INTERMÉDIO DO (A)
E

DADOS PREFEITURA DE WANDERLEY E DO GESTOR, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica n. 04/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em Serviço de Obra e Engenharia para REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº. 067 /2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FESBA E O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e todas as especificações contidas no Projeto Básico, **de acordo com as necessidades, quantidades, condições e especificações constante no edital de nº 013/2026, Concorrência Eletrônica nº 04/2026 e seus anexos, que compõem a íntegra do Processo Administrativo nº 176/2026**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por Lote.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 1.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()
- 1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O pagamento será efetuado de acordo com a medição dos serviços, com base no cronograma Físico- Financeiro, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização do contrato.
- 6.2. A medição será mensal.
- 6.3. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos (no caso de empreitada por preços unitários) / as etapas efetivamente atestadas (no caso de empreitada global/integral)] pela fiscalização do contrato.
- 6.4. A aprovação da medição prévia apresentada pelo Contratado não o exime de quaisquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.
- 6.5. Após a aprovação, o Contratado emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- 6.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.
- 6.7. O ateste da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação de sua conformidade em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados, conforme cronograma Físico-Financeiro.
- 6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou

inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante. A liberação das faturas de pagamento por parte do Contratante fica condicionada à apresentação, pelo Contratado, de documentação fiscal correspondente à aquisição de bens e serviços relativos à execução do contrato, cujo prazo de exibição não deverá exceder a 30 (trinta) dias contados da data de suas emissões, conforme o preconizado pelo Decreto nº 36.117, de 03 de agosto de 1995.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos casos em que o Contratante seja responsável tributário.

6.10. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

6.10.1. não produziu os resultados acordados;

6.10.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.10.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.11. A nota fiscal e ou nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

6.11.1. As certidões negativas relativas à regularidade fiscal e trabalhista (FGTS, CNDT, ESTADUAL, MUNICIPAL e FAZENDA NACIONAL);

6.11.2. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT dos responsáveis técnicos pela execução da obra recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

6.11.3. A apresentação das notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos minerais, acompanhada de declaração de emprego penas de produtos e subprodutos com procedência legal, acompanhados de licença ambiental do fornecedor e documento de regularidade perante o DNPM;

6.11.4. cópia da folha de pagamento referente ao mês de competência, constando o CEI e endereço da obra;

6.11.5. FGTS/GFIP – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço relativo aos empregados da obra no mês de competência da parcela, constando o CEI e endereço da obra;

6.11.6. GPS – Guia de Recolhimento de Previdência Social (ou DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais, a partir do mês em que a entrega da DCTFWeb se torne obrigatória) relativa aos empregados da obra no mês de competência da parcela, constando o CEI e endereço da obra;

6.11.7. Guia do Recolhimento de ISSQN, específica da obra, quando o Contratante não for o responsável pela retenção e recolhimento deste tributo;

6.11.8. cópia do documento comprobatório de seu cadastro no Município correspondente, a identificação do serviço prestado e a alíquota própria, ou, ainda, a comprovação de que é imune, isento, ou que se reveste de característica especial de contribuinte em que fica dispensada a retenção de ISSQN, conforme §1º, artigo 4º, da Instrução Normativa CAGE nº 01 de 05 de maio de 2011;

6.11.9. documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.12. Observado o atendimento às cláusulas anteriores, o pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, o índice INCC DI/FGV do período, sobre o saldo remanescente dos serviços, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei no 14.133/2021;

7.2.1. Para o cálculo do valor a ser reajustado, será utilizada a seguinte fórmula:

$$SR = S (112 / 10) R = SR - S$$

112 = ÍNDICE-DI/FGV do 12º mês após a proposta 10 = ÍNDICE INCC-DI/FGV do mês da proposta

S = Sado do contrato após a medição referente ao 12º mês da proposta SR = Saldo reajuste

R = Valor do reajuste

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será , obrigatoriamente, o definitivo;

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

7.8. Para requerer o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, a parte interessada deverá comprovar, em sede de procedimento administrativo apartado, os requisitos previstos no art. 124, inciso II, “d”, da Lei Federal no 14.133/2021;

7.9. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de até 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal no 14.133/2021. O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente;

7.9.1. Caso falem informações para os pedidos previstos neste inciso, de modo que seja necessária a solicitação de complementação, o prazo previsto reiniciará a contar da juntada das informações e dos documentos faltantes;

7.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.11.1. *Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*

7.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os

maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como

substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de ____/____/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.37.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de ____/____/2010, nos seguintes termos:

9.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.38.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.38.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.38.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.38.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.40. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de / /2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá- los, com exceção*

das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.2.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.2.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.2.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.2.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.2.6. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

e) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.

f) Acompanhar a execução do contrato principal.

- g) *Ter acesso a auditoria técnica e contábil.*
- h) *Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.*
- 11.2.7. *Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:*
- a) *Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.*
- b) *Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.*
- 11.3. *O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*
- 11.4. *Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*
- 11.5. *A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*
- 11.6. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.*
- 11.7. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 11.8. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*
- 11.8.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- 11.8.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 11.8.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*
- 11.9. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.8, observada a legislação que rege a matéria.*
- 11.10. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 11.11. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*
- 11.12. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 11.13. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 11.14. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.*

Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*

11.14.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

11.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

11.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.*

11.17. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

11.18. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. *Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:*

- a) *der causa à inexecução parcial do contrato;*
- b) *der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- c) *der causa à inexecução total do contrato;*
- d) *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*
- e) *apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;*
- f) *praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- g) *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- h) *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

12.2. *Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:*

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) **Moratória** de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 20 % do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo

Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cotegipe/Ba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara que não possui, em seu quadro funcional e composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, e que não possui parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau, e/ou não possui cônjuge ou companheiro(a) servidor da entidade contratante, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerça suas funções na área responsável pela presente demanda ou contratação.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Modalidade de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	Número 04/2026
---	-------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

(X) nem menor de 16 anos.

(X) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no
(a) _____, declara, para os devidos fins do Edital da Concorrência nº 04/2026, sob as penas da Lei que até
a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III e IV DO ART. 1º E NO INCISO III ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº __ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de
identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para os devidos fins que está
ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação definidos no Edital e seus anexos.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS MINERAIS COM PROCEDÊNCIA LEGAL

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

Em conformidade com o disposto na RECOMENDAÇÃO do MP, que estabelece procedimentos de controle ambiental para utilização de produtos e subprodutos de origem mineral em obras e serviços de engenharia contratados pelos Municípios, Eu, _____ RG, legalmente nomeado representante da Empresa _____, CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório, na modalidade __ nº __/, declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação, somente serão utilizados produtos e subprodutos minerais de procedência legal, cuja a extração e beneficiamento estejam licenciados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, bem como regularidade perante o DNPM, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no artigo 72, § 8º, Inciso V, da Lei Federal nº 9.05/98, sem prejuízo das implicações de a ordem criminal contempladas na referida lei.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da licitante)** doravante denominado **(Licitante)**, para fins do disposto no item **(completar)** do Edital **(completar com identificação do edital)**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** foi elaborada de maneira independente **(pelo Licitante)**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **(identificação da licitação)** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de **(órgão licitante)** antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº ____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que os serviços são prestados por empresa que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

ANEXO XI
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Modalidade de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número
04/2026

Ao Sr. Agente de Contratação do Município de Wanderley (BA)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE OBRA E ENGENHARIA, PARA REFORMAS EM 04 (QUATRO) UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF DO MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, A SABER: PSF RITA RODRIGUES DE ARAÚJO – SEDE; USF GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - OLHOS D'ÁGUA; USF ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA - SEDE E USF MANOEL DA SILVA GALVÃO - GOIABEIRA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº. 067 /2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FESBA E O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES, QUANTIDADES, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTATE NO EDITAL DE Nº 013/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026 E SEUS ANEXOS, QUE COMPÕEM A ÍNTEGRA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as}. nossa proposta de preços relativa à execução da obra objeto da licitação em epígrafe.

O preço global, fixo e sem reajuste, proposto para execução do objeto do lote I é de R\$ _____ (_____), do lote II é de R\$ _____ (_____), conforme planilha de serviços, cronograma Físico-Financeiro e quadro de composição do BDI anexos, nos termos do Acórdão no 2622/2013 – TCU.

O prazo de execução dos serviços é de _____ (_____) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço objeto do contrato de empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de _____ (_____) dias, a partir da data do recebimento das propostas pelo Poder Executivo Municipal.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

PROJETO BÁSICO COMPLETO

<https://drive.google.com/file/d/1WVO7sl329zhY5Xhou19l8EzpejiLL6zK/view?usp=sharing>

https://drive.google.com/file/d/1ohtohqENKAU7rCW5_g6yEL5i-actGcvz/view?usp=sharing

<https://drive.google.com/file/d/1egVdwk7pnfl4jqnZN3QwhRhZj7DyMASQ/view?usp=sharing>

<https://drive.google.com/file/d/1tj8J5Z9si85uZc47nDOoYyxPI8NGF2Nt/view?usp=sharing>